

CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Marcela Menezes Costa

Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais – um olhar sobre as Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri

Belo Horizonte
2013

Marcela Menezes Costa

Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais – um olhar sobre as Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (Fundação João Pinheiro), como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientador: Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Belo Horizonte
2013

Marcela Menezes Costa

Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais – um olhar sobre as Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (Fundação João Pinheiro), como requisito parcial para conclusão de curso.

Bruno Lazzarotti Diniz Costa (Orientador)

Juliana Riani

Adriana de Miranda

Belo Horizonte, 05 de Julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Esta parte do trabalho tem um significado especial. Sem essa parte do trabalho (não sem essa parte concreta, mas sem a existência de gratidão e do reconhecimento de coisas que efetivamente importam) as demais não fariam sentido. Não faria sentido conceitos, análises, cálculos, tabelas, avaliações, leis, padrões de funcionamento, sem a oportunidade de viver e conviver com o mundo e com todo mundo, para poder acrescentar ao saber e também torná-lo útil.

Não caberia aqui se eu falasse de todxs, mesmo, que contribuíram para que, após quatro intensos anos, eu entendesse um pouquinho melhor alguma parte do mundo que me cerca e entendesse melhor também o meu papel no meio disso tudo. Mas me arrisco a citar algumas pessoas, ou grupos de pessoas (os coletivos são importantes até nesses momentos), que estiveram mais intimamente ligados à minha trajetória nos últimos anos e ao curso de Administração Pública.

Gratidão imensa e eterna aos meus pais, Sônia e Murilo, e irmãos, Binho, Marina, Murilo Otávio e Gu, que, cada um/uma ao seu modo, me dão carinho, me incentivam a seguir sempre os meus melhores sonhos, confiam em mim apesar de, e me ensinaram, desde sempre, a querer o bem e a lutar por ele, pra todo mundo. Gratidão também a todxs xs demais da família Menezes e Costa (em especial as crianças!), que nos momentos de alegrias e cansaços intensos sempre me acolhem.

Gratidão pelo carinho, aqui e ali, de pessoas que cotidianamente, ao longo desse tempo todo (alguns por muito mais do que esse tempo), fornecem abraços sinceros, incentivam sorrisos alegres, deixam os dias leves e os momentos divertidíssimos e, muitas vezes, seguram quando a vida aperta a gente aqui dentro – vizinhos do bloco 01, amigos e amigas da Pq. Santo Antônio, os xuxus – Ana, Luiz e Fluffy – e as Malocas (!!).

Agradeço à galera mais roots e rock'n roll que a fundação já viu, por suportarmos juntos tantos momentos quase não suportáveis e por tantos dias de gargalhadas, tantas farras e pela amizade que eu sei que vai continuar. Me diverti muito esse tempo todo!

Agradecimento àquelxs que na FJP me sensibilizaram aos aspectos mais importantes que devem guiar a coisa pública, sem os quais nenhuma (nenhuma!) técnica milagrosa é capaz de resolver os problemas que enfrentam cidades, estados, países (e o mundo) – entre eles o de que o Estado, com todas as limitações e dificuldades, em primeiro lugar lida com gente (e não consumidores) e, em segundo, que ele (nós!) deve agir de forma a garantir que toda essa gente disfrute de direitos iguais. Entre essas pessoas, Bruno Lazzarotti, Carla Bronzo, Letícia Godinho. Incluem-se também as amigas que surgiram no meio do caminho, Veronika e Tati – que já compartilharam desde as coisas bonitas da vida às esperanças de que os saberes compartilhados gerem resultados. Ao pessoal do PCPR (Arnaldo, Lucas, André, Daniel e Junior), que nesse mesmo sentido, já me ensinou muito, mesmo em muito pouco tempo.

Agradeço por fim, e com nem um pinga a menos de importância, a tudo e todxs que a militância – no movimento estudantil, em outros movimentos sociais e no partido dos trabalhadores – me permitiu viver. Muitos novos pontos de vista, muitas novas esperanças, mais sede e disposição a construir a mudança que quero (assim como muitxs!) ver no mundo, além de muitxs companheirxs que dão fôlego à luta e amigxs pra vida inteira – galera pés no chão, os/as potiguares (em especial Bruno Costa, Camila, João Paulo, mas também todxs xs outrxs), Alice e dandarenses (apoiadores e moradores) e petistas bh/mg/brasil afora. Mais, que tudo isso resulte não só na construção de pessoas (como resultou em mim), mas na construção do mundo que queremos – onde todxs sejam socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres (um salve à Rosa).

RESUMO

Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri são Regiões de Planejamento de Minas Gerais que merecem atenção especial uma vez que se destacam, entre outros aspectos, pela pobreza e situações de vulnerabilidade de sua população. Este trabalho, nesse sentido, visa inicialmente discutir o fenômeno da pobreza em si e suas múltiplas conceituações (uni e multidimensionais). Baseado nessa discussão, um segundo objetivo consiste em ampliar a compreensão da realidade nas regiões de interesse, no que tange à incidência e características da pobreza nessas regiões. Para tanto, calcula-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para Minas Gerais, com foco nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. O mesmo é comparado a medidas tradicionais de pobreza monetária. Os resultados indicam que informações como a magnitude da pobreza, sua localização, a concentração em subgrupos populacionais e os principais aspectos que contribuem para a caracterização de domicílios/indivíduos como pobres são fundamentais para direcionar a ação governamental.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; Pobreza Monetária; Índice de Pobreza Multidimensional; Norte de Minas; Jequitinhonha/Mucuri;

ABSTRACT

The North and Jequitinhonha/Mucuri are Minas Gerais Planning Regions that deserve a special attention. They stand out, among other things, for the poverty and vulnerability of its population. Thus, first of all, this work aims to discuss the poverty and its concepts. Based on this, we aim the understanding of the Regions reality, in terms of its incidence and characteristics. Therefore, the Multidimensional Poverty Index is applied to the state, aiming the North and Jequitinhonha/Mucuri, and compared to the traditional measures of monetary poverty. The results indicate that poverty magnitude, its localization, the concentration of population subgroups, and the main aspects that contribute to housing/individual characterization as poor people are important to direct governmental action.

Key-words: Multidimensional Poverty; Monetary Poverty; Multidimensional Poverty Index; North of Minas; Jequitinhonha/Mucuri.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ENFOQUE: NORTE DE MINAS E JEQUITINHONHA/MUCURI.....	10
3. DE QUE POBREZA ESTAMOS FALANDO?.....	13
3.1 As diferentes concepções	13
3.2 Mensuração.....	18
3.3 Indicadores de Pobreza Multidimensional – tentativas empreendidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	21
4. ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL - CONCEPÇÃO E ADAPTAÇÃO A MINAS GERAIS	25
4.1 Índice de Pobreza Multidimensional – concepção	25
4.2 Índice de Pobreza Multidimensional em Minas Gerais – Banco de dados utilizado e adaptações necessárias.....	30
5. RESULTADOS OBTIDOS.....	36
5.1 Análise descritiva da privação dos indivíduos quanto aos indicadores e dimensões selecionados.....	36
5.2 Incidência (H) da pobreza multidimensional, Intensidade (A) média das privações compartilhadas pelos indivíduos pobres e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	42
5.2.1 Incidência da Pobreza Multidimensional	42
5.2.2 Intensidade da Pobreza Multidimensional.....	43
5.2.3 O valor do IPM de Minas Gerais.....	45
5.2.4 Incidência, Intensidade e IPM para subgrupos populacionais.....	46

5.2.5 Decomposição do Índice de Pobreza Multidimensional por contribuição relativa dos indicadores	50
6. POBREZA MONETÁRIA X POBREZA MULTIDIMENSIONAL	54
6.1 Incidência e Intensidade da pobreza medida pela renda – contraste com os resultados da pobreza multidimensional	54
6.2. Diferentes domicílios pobres – critério monetário e multidimensional	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
APÊNDICE 1A - Teste Estatístico de diferença de médias com relação à Incidência da Pobreza Multidimensional - <i>Headcount Ratio (H)</i>	70
APÊNDICE 1B - Teste Estatístico de diferença de médias com relação à Intensidade da Pobreza Multidimensional - <i>Average Intensity of Poverty (A)</i>	72
APÊNDICE 1C - Teste Estatístico de diferença de médias com relação ao Índice de Pobreza Multidimensional - <i>Adjusted Headcount Ratio (IPM ou M0)</i>	74

1. INTRODUÇÃO

As regiões do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri localizadas em Minas Gerais recebem destaque da academia e da sociedade por razões controversas. Por um lado, essas regiões atraem olhares atentos às potencialidades de seu subsolo, que é promissor em recursos minerais; ao patrimônio histórico e cultural, que se destaca no estado e também no país; à diversidade na produção de artesanato e aos múltiplos atrativos turísticos que possuem. Por outro lado, no entanto, o destaque das regiões também se direciona a desvantagem em relação às demais regiões do estado nos indicadores como taxa de alfabetização, renda per capita, acesso a água e mesmo no Índice Mineiro de Responsabilidade Social¹. O Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri são conhecidos, portanto, também pela pobreza e situações de vulnerabilidade de sua população, condições essas históricas e persistentes ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, torna-se importante e essencial um olhar mais acurado sobre essas regiões, com vista a aprofundar a compreensão da pobreza nas mesmas e, assim, ser possível contribuir para melhorar as intervenções governamentais que visam superá-la.

Uma primeira questão diretamente relacionada a esse intuito é relativa ao que se trata a pobreza, em si. O levantamento de qualquer diagnóstico da pobreza pressupõe, necessariamente, a definição clara do que se entende pelo fenômeno – afinal, a identificação dos indivíduos, famílias e domicílios pobres será sempre obtida por meio de alguma, das muitas possíveis, forma de mensuração, essa que é informada pela concepção de pobreza anteriormente adotada.

O presente trabalho possui como objetivo inicial, portanto, a exposição das principais concepções de pobreza existentes, bem como a discussão acerca das vantagens oferecidas pelos enfoques multidimensionais e, ao mesmo tempo, as dificuldades inerentes à materialização dessas abordagens.

À parte as divergências acerca de quais são os enfoques existentes no estudo sobre a pobreza, é possível delimitar uma divisão clássica entre enfoques exclusivamente monetários e

¹ Informações disponíveis no *site*: www.idene.mg.gov.br. Acesso: 18/03/2013.

concepções mais abrangentes que levam em consideração aspectos não monetários do fenômeno, em geral denominadas concepções multidimensionais.

O enfoque dominante na produção científica e mesmo na atuação governamental é o enfoque monetário, que se pauta na ausência ou insuficiência de renda como informação básica para definição e mensuração da pobreza. Os enfoques multidimensionais, no entanto, têm ganhado cada vez mais visibilidade justamente por apontar outros aspectos da pobreza que não estão relacionados diretamente com a insuficiência de renda ou mesmo não estão explícitos na análise unidimensional – como falta de acesso a bens e serviços governamentais, convívio com diversas formas de preconceito e baixa autoestima. Esses enfoques têm conseguido propor formas mais abrangentes de mensuração do fenômeno e, conseqüentemente, podem levantar informações úteis e complementares às políticas de combate à pobreza empreendidas pelos governos.

Outra questão que se coloca quanto à necessidade de ampliar o entendimento acerca das condições de pobreza nas Regiões de Planejamento Norte e Jequitinhonha/Mucuri e contribuir, assim, para informar melhor a atuação do Estado nesse sentido, diz respeito à concepção de pobreza mais adequada e à forma de mensuração possível para esse intento.

Medidas multidimensionais tendem a captar melhor o fenômeno da pobreza, visto que potencialmente abrangem mais acertadamente as múltiplas privações por que passam os indivíduos, famílias e domicílios. No entanto, reconhece-se que muitas dessas medidas são de grande complexidade e/ou exigem fontes de dados amplas o bastante para captar o que se propõe.

Nesse sentido, limitado à dificuldade de operacionalização de medidas multidimensionais, será realizado neste trabalho o exercício da aplicação de uma medida multidimensional, complementar à medida monetária, que visa dimensionar a pobreza. O objetivo é ampliar, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, a compreensão da realidade das Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, do estado de Minas Gerais, no que tange à incidência e características da pobreza nessas regiões.

A medida se trata do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), proposta por Alkire e Foster (2007). O IPM será calculado para o estado de Minas Gerais e para suas Regiões de Planejamento, com enfoque direcionado às regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. O cálculo

desse índice permite, além da identificação dos domicílios pobres multidimensionalmente, mostrar os aspectos em que eles são privados. Além disso, por meio do índice, será apresentada a intensidade da pobreza no estado e nas Regiões de Planejamento, a identificação de grupos populacionais mais vulneráveis e a contribuição relativa de cada aspecto da pobreza considerado para o IPM de forma geral.

Com os objetivos, portanto, de discutir os conceitos de pobreza e realizar a aplicação de uma medida multidimensional para o estado de Minas Gerais, visando compreender melhor as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, este trabalho será dividido em cinco partes (ou capítulos), além das Considerações Finais. A primeira parte delimita e justifica o enfoque nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. A segunda trata das distintas concepções de pobreza, suas propostas de mensuração do fenômeno e a apresentação de algumas medidas multidimensionais difundidas no cenário nacional e internacional; a terceira parte, por sua vez, apresenta a metodologia do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), assim como as adaptações realizadas, e também apresenta a fonte dos dados utilizada para a construção do índice; o quarto capítulo apresenta os resultados do IPM, bem como outros dados gerados pelo cálculo do mesmo; e o quinto realiza a mensuração da pobreza segundo a concepção da insuficiência de renda, para que essa seja comparada e discutida com relação à medida multidimensional materializada no capítulo anterior. Por fim, a título de síntese dos principais apontamentos levantados pelo trabalho, são apresentadas as considerações finais.

2. ENFOQUE: NORTE DE MINAS E JEQUITINHONHA/MUCURI

Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de municípios, somando ao todo 853. Seu território apresenta grande diversidade climática, distintas formas de vegetação e relevo, assim como aspectos culturais, sociais e econômicos diversos – podendo ser considerado, tamanha a diversidade, quase como estado síntese do Brasil (SANTOS; PALES, 2012).

Desde 1995, o governo estadual utiliza, para fins administrativos, a divisão do estado em dez Regiões de Planejamento (ou Macrorregiões de Planejamento), sendo elas: Norte, Rio Doce, Zona da Mata, Noroeste, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri.

Figura 1 - Regiões de Planejamento de Minas Gerais



Fonte: SANTOS; PALES, 2012.

Destaca-se que a diversidade do estado mineiro se reflete nas diferenças também acentuadas com relação aos principais indicadores socioeconômicos dessas Regiões. Santos e Pales (2012) apontam em seu trabalho alguns dos principais indicadores econômicos e sociais para cada Região de Planejamento de Minas Gerais, escancarando a desigualdade regional presente no estado.

No que tange à renda, por exemplo, a Tabela 1 indica que na Região Central a renda *per capita* é mais do que duas vezes superior à renda *per capita* das Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Essas duas Regiões, da mesma forma, apresentam situação desfavorável às demais em quase todos os indicadores socioeconômicos.

Tabela 1 - Renda per capita das Regiões de Planejamento de Minas Gerais, 2010

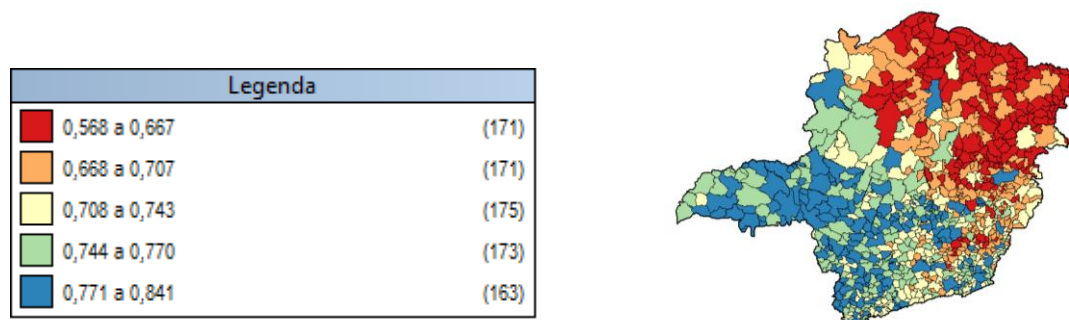
Região	2010
Central	R\$ 961,82
Triângulo	R\$ 908,04
Alto Paranaíba	R\$ 761,04
Sul	R\$ 727,66
Centro Oeste	R\$ 721,28
Mata	R\$ 710,11
Noroeste	R\$ 622,67
Rio Doce	R\$ 599,69
Norte	R\$ 455,33
Jequitinhonha/Mucuri	R\$ 431,75
Minas Gerais	R\$ 773,41
Brasil	R\$ 830,85

Fonte: Adaptação de SANTOS; PALES, 2012.

Quando se observa o mapa de Minas Gerais na Figura 2 conforme a distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano² (IDH-M) dos municípios mineiros, novamente salta aos olhos a predominância de baixos IDHs nas cidades das Regiões de Planejamento Norte e Jequitinhonha/Mucuri e a concentração das cidades com IDHs mais elevados nas Regiões Triângulo, Alto Paranaíba e Sul de Minas.

² O IDH-M é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica (DHNet, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/idhm/index.html>). No entanto, o IDH-M sofre pequenas adaptações metodológicas e conceituais como, por exemplo, a utilização do indicador Renda Per Capita municipal na dimensão Nível de Vida ao invés do Produto Nacional Bruto per capita. Em Minas Gerais, o IDH-M é calculado pela Fundação João Pinheiro, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios de Minas Gerais, 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: www.pnud.org.br

Isso indica que, em média, os indicadores referentes à educação, saúde e renda são bastante distintos entre os municípios e também que os municípios situados em Regiões mais ao norte e leste do estado se encontram claramente em situação desfavorável, nesses aspectos, do que os demais municípios do estado.

Explica-se que as desigualdades regionais em Minas Gerais são fenômenos históricos, decorrentes de modelos de desenvolvimento distintos, que persistem até os dias atuais (SANTOS; PALES, 2012). Ressalta-se que a taxa média de crescimento da renda nas Regiões mais pobres do estado foi superior à taxa das Regiões mais abastadas na última década, situação essa devida aos aumentos reais do salário mínimo e aos programas de transferência de renda do governo federal. No entanto, Santos e Pales (2012, p.20) deixam claro que “apesar desse crescimento positivo nas regiões menos desenvolvidas, as desigualdades entre estas e as regiões mais desenvolvidas não foram reduzidas de forma significativa”.

A desigual e evidente situação das Regiões de Planejamento de Minas Gerais incita a necessidade de um olhar mais acurado acerca das Regiões em piores condições econômicas e sociais. No que tange à pobreza, as Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri instigam a curiosidade de pesquisadores e gestores públicos os levando a refletir sobre as condições em que se encontram a população dessas localidades, uma vez que ambas as Regiões enfrentam dificuldades desproporcionais relativas ao desenvolvimento econômico e social. Quais os reflexos das características das Regiões nas condições de vida das pessoas que nelas moram? Ou seja, as situações de pobreza e vulnerabilidade da população também são distintas entre as Regiões de Planejamento do estado? Quais são e como se caracterizam essas situações? Essas são algumas das questões que se pretende discutir ao longo deste trabalho.

3. DE QUE POBREZA ESTAMOS FALANDO?

Antes de se discutir as condições de pobreza nas Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, faz-se necessário apresentar a contribuição da literatura que discorre sobre o fenômeno, a fim de levantar as principais concepções de pobreza e se optar, por conseguinte, pela concepção que se pretende operacionalizar.

3.1 As diferentes concepções

O fenômeno da pobreza é conceituado de distintas maneiras, o que influencia necessariamente a identificação de quem são os sujeitos pobres e conseqüentemente a forma de solução do problema, ou seja, a política pública para a superação da pobreza. Cada perspectiva se constrói em torno de conceitos e pressupostos centrais que informam as metodologias de mensuração. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo discutir esses conceitos por meio dos aspectos e dimensões da pobreza que as diferentes concepções consideram.

O enfoque dominante na produção científica se trata do enfoque monetário. Esse se pauta na ausência ou insuficiência de renda como informação básica para definição e mensuração da pobreza. A preponderância dessa perspectiva unidimensional da pobreza na literatura, segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), se deve pelo menos a dois fatores. O primeiro deles é o fato de que as medições da pobreza baseadas na insuficiência de renda são naturalmente escalares, o que permite a ordenação de situações sociais alternativas para fins de comparação. Em segundo lugar, levando em consideração que bens e serviços em geral são adquiridos através do mercado por meio de recursos monetários, a insuficiência de renda seria, assim, um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, uma forte candidata para medir a pobreza.

O principal problema do enfoque monetário, no entanto, é considerar a pobreza como um fenômeno externamente perceptível (BRONZO, 2005), exclusivamente objetivo e sob a perspectiva individualista, desconsiderando aspectos subjetivos e relacionais da pobreza, como se essa não fosse fruto também de processos sociais. Há uma ênfase nos procedimentos metodológicos, na mensuração e no levantamento de dados objetivos.

O desdobramento do enfoque monetarista é a constituição de uma “linha de pobreza” em termos monetários, que pode ser absoluta ou relativa, sob a qual estão os pobres e indigentes. Nesse caso, independentemente das diferenças e heterogeneidade dos indivíduos, são pobres

aqueles que se situam abaixo da linha, apresentando baixo consumo e baixa renda. Essa linha de pobreza, por sua vez, é construída por meio do levantamento dos requisitos nutricionais mínimos estabelecidos como necessários para a sobrevivência de um indivíduo. São definidos, com certa objetividade, padrões mínimos nutricionais de sobrevivência que se pretendem universais, justamente para permitir a comparabilidade entre situações de pobreza.

A principal crítica a esse enfoque decorre justamente das limitações oriundas da uniformização do fenômeno, que desconsidera as diferenças entre os indivíduos e os contextos nos quais eles vivem:

A questão reside na impossibilidade de estabelecer, de forma universal, esse mínimo necessário em termos nutricionais: existem diferenças de sexo, idade, atividades e taxas metabólicas diferenciadas, que implicam necessidades diferenciadas, em contextos também diferenciados. (BRONZO, 2005, p.39)

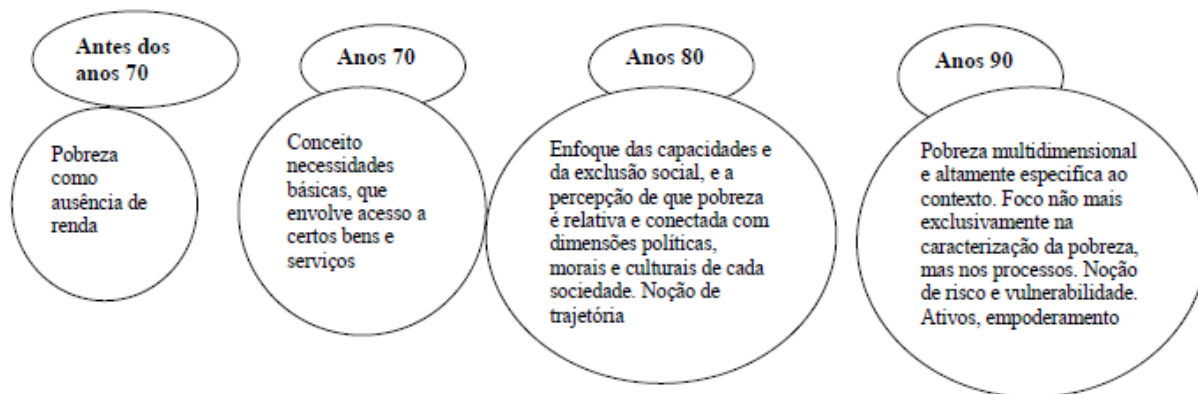
Portanto, na verdade não há tanta objetividade assim na delimitação dos pobres e não pobres e a linha de pobreza, no limite, representa não mais que uma convenção acerca do nível mínimo abaixo do qual os indivíduos estão ameaçados em sua sobrevivência. Além disso, é problemática a suposição de que há realmente uma descontinuidade entre pobres e não pobres demarcada por algum tipo de linha de pobreza.

Outra limitação desse enfoque se trata das possibilidades de intervenção que suscita. Segundo o enfoque monetário e estritamente econômico da pobreza a simples transferência de renda aos indivíduos seria suficiente para alterar a situação de pobreza em que eles se encontram – uma vez que pobreza é sinônimo de insuficiência de renda. Nesse enfoque, “não se estabelecem conexões entre a renda e outras dimensões da vida das pessoas, como se essas não existissem ou não importassem para entender o problema da pobreza e as formas para sua superação” (BRONZO, 2005, p.41).

À medida que surgem cada vez mais críticas ao enfoque unidimensional da pobreza, levantando-se a importância de outras dimensões que influem nessa condição, emergem também novas abordagens que visam caracterizar o fenômeno de forma mais ampla. Dentre as abordagens de caráter mais multidimensional, começa-se a considerar aspectos como o acesso a serviços básicos, a capacidade dos indivíduos de escolherem a trajetória que têm razão em valorizar, características como a dignidade e o empoderamento, a inserção dos indivíduos no todo social, entre outros aspectos.

Bronzo (2005) aponta as diversas concepções que foram desenvolvidas ao longo do tempo e suas principais características na Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Concepções de pobreza no decorrer do tempo



Fonte: BRONZO, 2005, p.36.

A perspectiva das necessidades básicas desenvolvida nos anos 70 constitui o primeiro passo em direção ao enfoque multidimensional para as condições de pobreza. Essa perspectiva sustenta que

[...] as linhas de pobreza assumem que a satisfação das necessidades depende unicamente da renda, mas na realidade essa é só uma das variáveis que determinam a satisfação. As outras seriam os direitos de acesso a bens e serviços governamentais; a propriedade de ativos ou patrimônio básico acumulado; o tempo disponível para a educação, o descanso, a recreação, o trabalho de casa; e ativos não básicos. (OLAVARRÍA, 2001, apud MIDEPLAN, 2002. Tradução do autor.³)

Assim, são pobres aqueles que têm suas necessidades básicas insatisfeitas, ou seja, cujo consumo de bens e serviços (habitação, educação, saúde, etc.) é considerado abaixo do mínimo necessário. Destaca-se que as variáveis identificadas são estabelecidas de forma contextualizada, inserindo a relatividade na caracterização e mensuração da pobreza – as necessidades são específicas a tempos e lugares e são determinadas segundo os padrões de cada sociedade. No entanto, embora o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas tenha incorporado dimensões importantes ao enfoque monetário, ele prioriza ainda dimensões materiais da pobreza e estabelece a fronteira entre pobres e não pobres não mais com relação

³ Texto original: “las líneas de pobreza asumen que la satisfacción de necesidades depende únicamente del ingreso, pero que en realidad esta es sólo una de las variables que determinan la satisfacción. Las otras serían los derechos de acceso a bienes y servicios gubernamentales; la propiedad de activos o patrimonio básico acumulado; el tiempo disponible para la educación, el descanso, la recreación, el trabajo del hogar, y activos no básicos”.

a uma linha de pobreza simplista, mas ainda sob a ótica dos mínimos sociais (BRONZO, 2005).

A partir dos anos 80, o enfoque das capacidades desenvolvido por Amartya Sen incorpora ao estudo sobre a pobreza dimensões menos tangíveis, levando em consideração aspectos como dignidade, autoestima e autorrespeito (BRONZO, 2010). Sendo assim,

[...] pobreza é definida como carência ou privação de capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de capacidades básicas para operarem no meio social, que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, o que pode independe da renda que os indivíduos possuem. (BRONZO, 2005, p.42)

Sen (2010) reforça a ideia de que olhar simplesmente para a renda dos indivíduos não é suficiente para entender as privações que os mesmos possuem. Em *Desenvolvimento como liberdade* o autor analisa e compara, por exemplo, os níveis de renda de diferentes grupos populacionais dos Estados Unidos, entre eles a população afro-americana e a população branca. Os afro-americanos são relativamente mais pobres monetariamente do que os estadunidenses brancos, mas ainda assim possuem renda muito maior do que habitantes da China ou do Kerala, na Índia (mesmo depois das correções para compensar as diferenças no custo de vida). Sen demonstra que, ainda que possuam renda maior, os homens afro-americanos têm chances absolutamente menores de alcançar idades mais avançadas quando comparados com os homens da China e do Kerala (Índia). Esse é um exemplo explícito de que os negros norte-americanos não só sofrem uma privação relativa de renda comparativamente aos norte-americanos brancos, mas que eles apresentam uma privação absoluta maior do que habitantes de regiões mais pobres, que têm renda inferior, no aspecto de viver até idades mais avançadas. Segundo Sen, as influências para tais contrastes incluem disposições sociais e comunitárias como cobertura médica, serviços de saúde públicos, prevalência da violência, privações essas que não passam necessariamente pela insuficiência de renda.

O foco, portanto, não é mais a renda. A renda passa a ser vista como um meio, aliado a outros meios, para a realização de capacidades e não um fim em si mesma. A centralidade recai, portanto, nas capacidades que os indivíduos possuem, ou seja, nas liberdades substantivas para levar a vida que eles têm razão em valorizar. A superação da pobreza, portanto, passaria pela expansão das capacidades dos indivíduos, que diz respeito à promoção da liberdade dos mesmos.

Destaca-se que o enfoque das capacidades permite a expansão da visão sobre pobreza para além das dimensões materiais, mas o foco permanece no âmbito dos indivíduos. Soma-se a isso a dificuldade de operacionalizar adequadamente a concepção de capacidades. Nesse sentido surgem os enfoques da exclusão e da vulnerabilidade que incorporam noções importantes da perspectiva das capacidades de Sen, mas ganham materialidade a partir da inclusão das noções de ativos e empoderamento.

A concepção da exclusão social, embora toda a controvérsia que suscita acerca do que se definiria como exclusão, remete “ao reconhecimento das diversas faces ou dimensões da pobreza, à heterogeneidade de suas manifestações e à consideração de dimensões relacionais presentes nestas condições” (BRONZO, 2010, p.125). Nesse sentido, rompe com uma visão estática e individualista da pobreza, chamando atenção para os processos e trajetórias e para dimensões que destacam a importância das relações sociais na produção da pobreza. Paugam (2003), inclusive, delimita as fases do processo de desqualificação dos indivíduos, desqualificação essa que é, por natureza, de caráter social: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados⁴. Trata-se, portanto, de um foco na dimensão coletiva e relacional, entendendo a pobreza sob a ótica da questão social:

Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. [...] Estudar a desqualificação social ou, em outros termos, o descrédito daqueles que, à primeira vista, não participam plenamente da vida econômica e social significa estudar a diversidade dos *status* que os definem, as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com o outro. (PAUGAM, 2003, p.45-47)

Ao enfatizar os processos e trajetórias essa abordagem provoca alterações profundas também na maneira de se conceber a atuação do Estado para o enfrentamento da pobreza. Sob a perspectiva da exclusão, a estratégia de ação pode se orientar mais fortemente para a prevenção e não somente à superação das condições de pobreza, com maior ênfase aos processos que levam da vulnerabilidade à desqualificação e exclusão social.

⁴ O grupo dos fragilizados refere-se à fragilidade na qual se encontram indivíduos em situação de temporária vulnerabilidade e que relutam para ser inseridos nos serviços sociais, dado o estigma e a perda da dignidade que isso poderia representar. Os *assistidos* dizem respeito àqueles indivíduos que já dependem da rede de serviços de proteção social e que se encontram resignados com a situação. Os marginalizados representam a *ruptura* do processo de assistência e constituem o último grau do processo de desqualificação social (Paugam, 2003, pp. 31-43).

Um ponto importante nesta abordagem é a dinamicidade dos processos de exclusão que, portanto, não são inexoráveis. Sendo assim, a atuação estatal se torna central para a reversão de processos de exclusão, desfiliação ou desqualificação social.

Acrescenta-se às abordagens multidimensionais até então apresentadas a categoria de “ativos”. A abordagem da vulnerabilidade e dos ativos (ou riscos) se utiliza dessa categoria para melhor operacionalizar o foco na prevenção aos processos de desqualificação social. Conforme destaca Bronzo (2005, p.64):

Essa concepção permite uma aproximação mais imediata com a empiria, ao estabelecer posicionamentos distintos dos indivíduos e grupos no processo de exclusão, e possibilita distinguir áreas e tipos distintos de vulnerabilidade, o que abre caminhos mais diretos para a intervenção pública no campo da assistência e proteção social.

As abordagens da exclusão e da vulnerabilidade, diferentemente dos enfoques nas condições materiais, enfatizam uma visão *ex-ante*, observando principalmente as causas que levam a situações de pobreza, possibilitando identificar estratégias que permitem a superação dessas situações e outras que as perpetuam. Considerando a pobreza a partir da vulnerabilidade, essa que se caracteriza pela “exposição ao risco e pela capacidade de resposta, material e simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem fornecer para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco)” (BRONZO, 2005, p.97), fica clara a contribuição potencial das políticas públicas no fortalecimento das capacidades dos indivíduos e famílias para a efetiva superação da pobreza. Um aspecto positivo da perspectiva da vulnerabilidade, como já mencionado, é identificar riscos os quais os pobres estão menos aptos a enfrentar e explicitar, a partir daí, as diferentes estratégias possíveis que devem ser desenvolvidas para fazer frente a cada risco específico.

Explicitadas as diferentes abordagens sobre condições de pobreza, importa identificar as distintas formas de mensuração que cada concepção utiliza para identificar e caracterizar os grupos pobres.

3.2 Mensuração

Sabe-se que diferentes concepções levam a diferentes formas de mensuração e também, ao mesmo tempo, a diferentes respostas quanto às políticas e estratégias de intervenção. Em outras palavras, cada concepção pode revelar faces distintas do problema e ao mesmo tempo

uma sugestão de medida para superá-lo. Nesse sentido, é muito relevante identificar as distintas formas de mensuração da pobreza, e é o que será feito a seguir.

A mensuração utilizada pelo enfoque monetário é operacionalizada, como já discutido, a partir do estabelecimento de linhas de pobreza e indigência. A linha da pobreza é estabelecida de acordo com o custo de uma cesta de alimentos que cubra as necessidades nutricionais da população, sendo agregado a esse valor os recursos necessários para cobrir as necessidades básicas não alimentícias; a linha de indigência, por sua vez, considera somente o custo da cesta alimentar mínima, sem considerar as demais necessidades. É possível também, ainda nesse enfoque, a utilização de um conceito de pobreza relativa que agrega uma medida de desigualdade na delimitação da linha de pobreza, indicando que a pobreza se define sempre em termos relativos a determinados parâmetros, como por exemplo, a renda per capita média daquela sociedade.

A principal vantagem de enfoques baseados na renda é a possibilidade de se identificar sem dificuldades o universo de pobres e não pobres, bem como de comparar índices de pobreza entre sociedades distintas. Por meio desse enfoque, calcula-se facilmente a porcentagem de pobres e indigentes em cada sociedade, sem apontar, porém, outras dimensões em que esses indivíduos são privados.

O enfoque das necessidades básicas, por sua vez, identifica os pobres por meio da noção de mínimos sociais. Centra-se, assim, nas condições de acesso em cada sociedade a bens e serviços como moradia, energia elétrica, saneamento básico, educação, saúde entre outros. O MIDEPLAN (2002) aponta que, utilizando fontes de informação como os censos, é necessário selecionar os indicadores mais adequados para refletir as necessidades primordiais da população. O órgão acrescenta que esse processo de seleção pode se dar em quatro passos: i. Determinação do grupo das necessidades básicas mínimas de acordo com a disponibilidade de informações no banco de dados existente; ii. Escolha dos indicadores que traduzam as necessidades determinadas; iii. Definição do nível crítico ou mínimo para cada necessidade; iv. Confirmação de que os indicadores selecionados correspondem realmente a condições de pobreza.

A grande dificuldade, porém, é que não há consenso sobre quais as dimensões mais relevantes para cada realidade e nem mesmo sobre o peso devido a cada uma dessas dimensões, visto que determinam em diferentes medidas as necessidades básicas insatisfeitas. Além disso, visto

que as necessidades são distintas e específicas a cada contexto, torna-se complexo comparar diferentes realidades. A vantagem desse enfoque, por outro lado, é que ele permite obter indicadores desagregados e identificar, portanto, níveis de satisfação das necessidades por zonas geográficas, possibilitando a criação, por exemplo, de mapas de pobreza – incluindo a noção de território.

Além disso, da combinação do enfoque da renda com o das necessidades básicas é possível traçar uma tipologia que permite estabelecer perfis diferentes de pobreza e captar a mobilidade dos grupos em relação à linha de pobreza. A tipologia elaborada pelo MIDEPLAN (2002) classifica: pobreza crônica (renda abaixo da linha da pobreza e ao menos uma das necessidades básicas insatisfeitas), pobreza recente (renda abaixo da linha da pobreza, mas nenhuma necessidade insatisfeita), pobreza inercial (renda acima da linha da pobreza e pelo menos uma carência) e não pobreza/integração social (renda acima da linha da pobreza e nenhuma carência).

O enfoque das capacidades, porém, encontra mais dificuldades para sua operacionalização. O desafio maior é tornar o conceito de “capacidades básicas para se ter uma vida que se valoriza ter” em algo mensurável. Algumas tentativas de tornar concreto o conceito de capacidades elaboraram listas que definem mínimos para os aspectos de saúde, educação, nutrição, etc., reduzindo a distância que de fato há entre a concepção de capacidade e a concepção de necessidades básicas insatisfeitas. A conclusão a que se parece chegar é que, no que tange à mensuração, tanto as abordagens mais restritas sobre pobreza, pautadas em indicadores de baixa renda, quanto abordagens mais amplas do fenômeno, não conseguem captar outros aspectos da pobreza que não os aspectos mais tangíveis.

A mensuração da exclusão social avança em relação aos enfoques anteriormente apresentados. O foco na insuficiência de recursos materiais permanece importante, mas é possível trabalhar com outros indicadores que mensuram a pobreza, tais como: discriminação, localização geográfica, identificações culturais, ruptura de laços sociais. A grande questão aqui posta é que, ao considerar a dimensão relacional, contextual e relativa à ordem social da concepção da exclusão, torna-se difícil definir quem seriam os excluídos e por quais motivos o seriam nas sociedades particulares. Isso porque existe uma grande diversidade no uso de indicadores para mensuração da exclusão, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

Como possibilidades para a mensuração da exclusão, pode-se enfatizar a exclusão em termos de direitos de bem estar básicos (como saúde, educação, moradia), mas desagregados por gênero, idade, nível de renda, etc. Outra possibilidade é considerar a exclusão em suas diversas dimensões: econômica, política, cultural, utilizando indicadores como o acesso ao mercado de trabalho e a crédito e seguros, os direitos de proteção social, o acesso a serviços públicos básicos e a participação em redes sociais.

Por fim, a abordagem da vulnerabilidade e riscos da mesma forma complexifica a mensuração da pobreza ao agregar dimensões objetivas e subjetivas de privação. Por outro lado, esse enfoque permite mais concretamente, segundo Bronzo (2005), superar as dificuldades inerentes a uma concepção multidimensional da pobreza, permitindo de forma mais direta a construção de parâmetros para mensuração. A autora diz que o foco nos ativos, para fazer frente aos riscos, permite um ponto estável para construção de parâmetros para mensuração.

Por meio do enfoque das vulnerabilidades a mensuração da pobreza se dá pela identificação dos ativos que as pessoas, famílias e comunidades possuem e podem lançar mão pra fazer frente aos riscos, como trabalho, capital humano, moradia, relações familiares e capital social. Conseqüentemente, a superação da pobreza é observada quando do fortalecimento desses ativos, que ocorre quando há a melhora das condições materiais das pessoas, famílias e comunidades; a melhora do acesso a serviços públicos básicos; a viabilização de melhoria da infraestrutura do território; a alteração nas dimensões psicossociais; a ampliação das capacidades (entendidas sob a perspectiva do capital humano e do capital social) (BRONZO, 2005). Tudo isso leva ao empoderamento, que diz respeito ao fortalecimento da capacidade de resposta dos indivíduos e grupos e da capacidade destes fazerem escolhas e transformá-las em ações e resultados efetivos (ALSOP, 2005). A questão do empoderamento, por sua vez, pode ser objetivamente mensurada também por meio de indicadores do aumento da escolarização, do acesso a crédito e poupança, do aumento da renda e da melhoria das condições de saúde, por exemplo.

3.3 Indicadores de Pobreza Multidimensional – tentativas empreendidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A Subseção anterior deixa clara a dificuldade de concretizar concepções mais alargadas e multidimensionais de pobreza, dificuldade essa explicada por uma série de razões. Os

indicadores possíveis e/ou necessários para captar a complexidade do fenômeno são diversos e, muitas vezes, não estão disponíveis – ou porque as pesquisas mais amplas existentes não o consideraram ou porque são realmente difíceis de ser levantados, ainda que uma coleta de dados intencionalmente os tente capturar. Além disso, a escolha das dimensões e indicadores para mensuração da pobreza se complexifica a depender dos propósitos e usos previstos de cada pesquisa, de julgamentos normativos dos pesquisadores, da realidade institucional a qual a pesquisa está inserida, dos incentivos para a realização da pesquisa (políticos, acadêmicos, etc.), dos custos e tempo que limitam a investigação, entre outros aspectos que da mesma forma influenciam fortemente a concretização de uma mensuração do fenômeno pobreza.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde o início da década de 90, tem se empenhado em apresentar medidas que se estendem para além dos rendimentos para refletir o desenvolvimento humano, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH).

O Índice de Desenvolvimento Humano mede o desenvolvimento geral de um país com base em três dimensões básicas: a longevidade (por meio da esperança de vida), os conhecimentos (combinando taxas de analfabetismo adulto e de matrícula nos ciclos primário, secundário e terciário de educação) e o nível de vida (embasado na renda per capita). O IDH foi inspirado na concepção de desenvolvimento como “expansão das liberdades reais dos povos que lhes permita viver uma vida à qual dão valor e possuir motivos para lhe dar valor” (PNUD, 2010, p.89), e foi criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades deveriam ser o critério mais importante para avaliar o desenvolvimento de um país e não só o crescimento econômico (PNUD, 2010) – discussão claramente advinda do enfoque das capacidades, de Amartya Sen.

O Índice de Pobreza Humana, também fruto da abordagem de Sen, por sua vez, mede o acúmulo de privações nas dimensões do desenvolvimento humano básico, utilizando médias nacionais para refletir carências agregadas em saúde, educação e qualidade de vida. Há dois tipos de IPH, o IPH1 para países em desenvolvimento e o IPH2 para países desenvolvidos, mas ambos levam em consideração as mesmas carências.

Os indicadores utilizados pelo PNUD são os mais utilizados para a identificação de níveis de desenvolvimento e situações de pobreza para além da insuficiência da renda, principalmente no que tange à comparação entre países. Isso porque, embora considere outros aspectos a não

ser a renda, consideram ainda um número restrito de dimensões, já que para fins de comparação é necessário haver dados disponíveis para um grande número de países.

O próprio PNUD vem trabalhando no sentido de ampliar a capacidade de captar mais aspectos da pobreza e do desenvolvimento. Consta no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 que “os avanços do conhecimento e dos dados tornam possíveis as inovações na medição da desigualdade e da pobreza multidimensionais, podendo ser aplicadas globalmente, de modo a permitir comparações e proporcionar novas perspectivas” (p.90). Nesse sentido, essa edição especial comemorativa do vigésimo aniversário da publicação inclui o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

O IDHAD capta as perdas no grau de desenvolvimento humano devidas às desigualdades na saúde, na educação e na renda. A desigualdade, em si, pode ser vista como um agravante nas situações de pobreza, uma vez que contribui para a reprodução do fenômeno⁵. O IDG aponta disparidades de gênero no que tange à saúde reprodutiva, à capacitação e à participação no mercado de trabalho. Segundo o PNUD, “a desigualdade entre os gêneros continua a ser a principal barreira ao desenvolvimento humano” (2010, p.93). Nesse caso, um índice dessa natureza pode demonstrar as privações desproporcionais de liberdade que sofrem as mulheres, que é um componente importante que determina a pobreza.

E, por fim, o IPM vem sendo utilizado desde 2010 em substituição ao IPH. A substituição se justifica pelo fato do IPH utilizar somente dados nacionais agregados, não podendo determinar se pessoas, famílias e grupos específicos sofrem carências. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica as privações sobrepostas que os domicílios sofrem em relação a saúde, a educação e a padrões de vida. Além disso, também se apoia na abordagem das capacidades, tendo incluindo as dimensões por meio de exercícios participativos entre comunidades pobres e do consenso da literatura internacional. É limitado, porém, por só incluir indicadores que estão disponíveis para muitos países, além do fato de exigir que todos os dados provenham das mesmas famílias e domicílios, o que acaba restringindo a possibilidade de inclusão de dimensões presentes em bancos de dados distintos. O índice visa

⁵Segundo Bronzo (2010, p.127): “A pobreza não é só multidimensional, múltipla em suas formas de manifestação, mas também é multideterminada. (...) A literatura aponta que as causas da produção e reprodução da pobreza residem na estrutura de desigualdades e dinâmicas do mercado de trabalho e no baixo *status* de ativos (humanos, físicos, financeiros, sociais)”.

mensurar a pobreza multidimensional severa e complementa os métodos monetários de mensuração, permitindo a identificação das privações sobrepostas das famílias, além de apontar o número médio de privações que compartilham essas famílias (a intensidade da pobreza).

Todos os indicadores mencionados, no entanto, possuem as mesmas dificuldades relativas à disponibilidade de dados e à própria dificuldade de mensurar aspectos menos tangíveis da pobreza para capturar adequadamente todas as dimensões subjetivas da pobreza conforme pressupõe o paradigma das capacidades e todos os outros paradigmas multidimensionais já discutidos neste trabalho.

Ainda que seja um índice limitado e focado principalmente na medição da pobreza severa, que significa as carências e privações mais graves que enfrentam simultaneamente as pessoas, neste trabalho optou-se, para fins de exercício empírico, por utilizar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), porque é de simples mensuração e é o índice, dentre os utilizados internacionalmente e apresentados acima, que visa captar a pobreza mais diretamente.

4. ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL - CONCEPÇÃO E ADAPTAÇÃO A MINAS GERAIS

Pretende-se aqui a realização de uma análise de caráter exploratório por meio do cálculo do IPM para o estado de Minas Gerais e para suas Regiões de Planejamento, com enfoque direcionado às regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. As dimensões e indicadores utilizados foram escolhidos tendo como base o IPM padrão, já apresentado em seções anteriores, esse que é um desdobramento de medidas de pobreza multidimensional propostas por Alkire e Foster (ALKIRE et al, 2010, p.9). Ao mesmo tempo, sujeita-se o índice convencional ao contexto local e à restrição das informações disponíveis no banco de dados utilizado – a Pesquisa por Amostra de Domicílios do ano de 2011, desenvolvida pela Fundação João Pinheiro.

4.1 Índice de Pobreza Multidimensional – concepção

Segundo metodologia desenvolvida por Alkire e Foster (2007), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) incorpora uma contagem para identificar os indivíduos⁶ pobres (denominada *headcount ratio*), que aponta a porcentagem de pessoas que são pobres, e, além disso, um ajuste que reflete a amplitude, profundidade e severidade da pobreza multidimensional – *Average Intensity of deprivation*, que nada mais é do que a média de dimensões em que os indivíduos considerados pobres são privados. Assim sendo, o Índice pode ser obtido facilmente pela multiplicação desses dois fatores: *Headcount* (H) x *Average Intensity of Deprivation* (A). E, por isso, é também chamado como *Adjusted Headcount Ratio*, já que reflete um ajuste na medida de identificação dos pobres a partir da intensidade da pobreza multidimensional.

Em particular, o método de identificação dos indivíduos pobres, ou seja, o cálculo do *Headcount ratio* (H), usa duas formas de “corte”. A primeira delas consiste no estabelecimento de condições mínimas em relação a um aspecto (definido por um indicador), a partir das quais uma pessoa é considerada privada ou não com relação a esse aspecto. O segundo corte determina quantos aspectos com privação são necessários para esse mesmo indivíduo ser considerado pobre. Sendo assim, (H) representa a incidência da pobreza multidimensional, por refletir o número de indivíduos pobres segundo diversos aspectos ou

⁶ Na verdade, é possível se utilizar outras unidades de análise, como domicílios, regiões ou países. Porém, a título de exemplo e para facilitar a explicação, trato do indivíduo.

dimensões. Esse sistema de identificação é adequado justamente para aqueles que sofrem privações múltiplas e funciona bem em situações em que muitas dimensões são consideradas. O IPM permite identificar, portanto, o número de privações que cada indivíduo apresenta ao mesmo tempo, podendo ser facilmente aplicado a bancos de dados já existentes e desagregado para revelar privações que estejam contribuindo mais para a situação de pobreza. A decomposição, ou desagregação, é uma das características mais importantes do índice, uma vez que permite análises comparativas entre as diferentes dimensões consideradas e entre diferentes subgrupos populacionais que possuem privações distintas, para além da incidência das privações.

O cálculo da intensidade das privações compartilhadas entre os indivíduos pobres, *Average Intensity of deprivation (A)*, também é uma característica importante do IPM. Essa medida é útil para melhor caracterização da pobreza, uma vez que aponta a média de privações compartilhadas entre os indivíduos pobres. Nesse sentido, o IPM torna-se sensível também a mudanças na profundidade da pobreza ao longo do tempo⁷ e pode detectar diferenças significativas na realidade de localidades que possuem quantitativos semelhantes de pessoas em situação de pobreza.

Com relação à atribuição de pesos aos indicadores e dimensões, importa destacar que o IPM permite a escolha, por parte de quem está calculando o índice, de pesos distintos para cada variável, da mesma forma que o permite para as dimensões consideradas. A escolha de pesos para indicadores sempre é bastante discutida, porque, por um lado, embora se saiba que indicadores e dimensões são valorizados distintamente e, portanto, devem ser considerados também de forma distinta, por outro lado sabe-se que existe uma gama enorme de possibilidades de consideração de cada indicador e cada dimensão. O valor atribuído às diferentes privações varia de acordo com o contexto, com a cultura local, com o número de pessoas e com as características do conjunto envolvido no processo de estabelecimento de pesos, o que torna a identificação dos pesos – e de como as pessoas valorizam cada indicador – muito complexa.

⁷ Essa característica faz com que o IPM satisfaça uma das propriedades típicas das medidas de pobreza multidimensional: a monotonicidade dimensional, que trata justamente da captação das transformações que sofrem os indicadores de privação. Na prática, quer dizer que, quando um indivíduo no tempo “x” é privado em quatro aspectos e no tempo “x+1” passa a ser privado em somente três, o IPM diminui (apontando que a pobreza diminuiu).

Amartya Sen (*apud* ALKIRE et al, 2010), porém, destaca o estabelecimento de pesos como uma oportunidade de aprimorar a mensuração, ou seja, como uma vantagem, e não como a criação de um embaraço. Sendo assim, Sen argumenta que não há a necessidade de consenso sobre um conjunto exato de pesos, já que existe uma diversidade enorme e legítima de valores, que levam a conjuntos distintos; o ideal, no entanto, é que a metodologia de mensuração seja robusta para diferentes possibilidades de pesos aplicados. O IPM, por exemplo, foi testado para um conjunto plausível de pesos distintos das dimensões e concluiu-se ser o índice robusto para conjuntos diferentes de pesos (ALKIRE et al., 2010).

Apesar de compartilharem a discussão acerca da utilização de pesos distintos para os indicadores, os autores que têm aplicado e difundido a metodologia de cálculo do IPM sugerem pesos iguais tanto para os indicadores selecionados em cada dimensão, quanto para as dimensões entre si. Conforme Alkire et al (2010):

A decisão de estabelecer pesos iguais para as dimensões saúde, educação e padrão de vida emerge em parte de diversas discussões, e testes de robustez, do Índice de Desenvolvimento Humano, assim como da opinião de analistas e de análises participativas (ALKIRE et al, 2010, p.1, Tradução do autor)⁸.

Além disso, argumentam os mesmos autores que pesos iguais tornam os resultados da mensuração mais fáceis de usar e compreender.

Quanto às dimensões que incorpora, a metodologia do IPM considera três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Essas dimensões, por sua vez, são mensuradas utilizando-se dez indicadores. Importa ressaltar que as dimensões e os indicadores foram escolhidos por uma série de motivos, tais quais métodos participativos que refletiram frequentemente a importância desses elementos para as comunidades, embasamento teórico ao redor da discussão acerca de valores universais e necessidades básicas e, ainda, disponibilidade de dados. Além disso, a não incorporação de outras dimensões também importantes para a mensuração da pobreza se dá, entre outros motivos, principalmente pela dificuldade inerente à obtenção de dados referentes a essas dimensões. Ressalta-se, por fim, que a criação do IPM foi fortemente voltada para a realização de estudos comparativos internacionais.

Os dez indicadores incluídos nas três dimensões estão apresentados a seguir:

⁸ “The decision to weight health, education, and standard of living dimensions equally arises in part from various discussions around, and robustness tests of, the Human Development Index, as well as both expert opinion and participatory analysis.”

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores considerados pelo Índice de Pobreza Multidimensional, segundo metodologia de Alkire e Foster

1. Educação (cada indicador é igualmente ponderado em 1/6)	
Indicador	Condição
Anos de Escolaridade	Se ninguém no domicílio tem pelo menos 5 anos de escolaridade
Frequência das Crianças à Escola	Se alguma criança em idade escolar está fora da escola da 1ª a 8ª série
2. Saúde (cada indicador é igualmente ponderado em 1/6)	
Indicador	Condição
Mortalidade na Infância	Se alguma criança até cinco anos morreu na família
Nutrição	Se algum adulto ou criança na família é subnutrido
3. Padrões de vida (cada indicador é igualmente ponderado em 1/18)	
Indicador	Condição
Eletricidade	Se o domicílio não tem eletricidade
Energia Limpa Para Cozinhar	Se cozinha-se com madeira ou esterco (como combustível)
Água limpa	Se não se encaixa nas exigências dos Objetivos do Milênio da ONU ou está disponível há mais de 30 minutos a pé
Sanitário Adequado	Se não se encaixa nas exigências dos Objetivos do Milênio da ONU, ou o banheiro é compartilhado
Piso Adequado	Se o piso é de terra, areia ou esterco
Ativos	Se não possui um ou mais de um de: rádio, tv, telefone, bicicleta, motocicleta ou refrigerador e não possui um carro ou camionete

Fonte: Elaboração Própria.

O Índice de Pobreza Multidimensional considera como unidade de análise os domicílios – embora permita a utilização de outras unidades. Isso significa que as privações não se referem somente aos indivíduos, mas são atribuídas a todos os membros do domicílio, da mesma forma que, em determinados indicadores a característica de um indivíduo pode fazer com que o domicílio inteiro não seja considerado privado ainda que alguns membros individualmente o sejam.

Na dimensão Educação, com relação ao indicador Anos de Escolaridade, são considerados privados os domicílios cujo nenhum membro do domicílio tenha pelo menos cinco anos de escolaridade. Embora não considere aspectos como a qualidade do ensino, o argumento é que esse indicador pode ser uma boa *proxy* das funcionalidades que envolvem a educação: capacidade de ler e escrever, de lidar com números e de compreender informações. Além disso, esse “corte” embasa-se na ideia de que todos os outros membros, independente de seu nível de educação formal, se beneficiam das habilidades de uma pessoa letrada no domicílio (ALKIRE; SANTOS, 2010). O indicador de Frequência das Crianças à Escola, por outro lado, considera todos os membros do domicílio privados caso alguma criança em idade escolar (de 7 a 15 anos) esteja fora da escola. Esse corte justifica-se devido às externalidades negativas

relacionadas a uma criança não frequentar a escola, quais sejam, segundo os autores, o comprometimento do conhecimento e das habilidades presentes e futuras de todo o domicílio.

Na dimensão Saúde, são considerados privados quanto à Nutrição os indivíduos que possuem pelo menos um membro do domicílio subnutrido. A desnutrição é uma situação que pode levar a outras doenças, assim como afetar o desenvolvimento cognitivo e físico das crianças e prejudicar o desempenho dos adultos no trabalho, portanto é de se esperar que a situação de pelo menos uma pessoa subnutrida já indique uma privação de todo o domicílio (ALKIRE; FOSTER, 2010). Da mesma forma, quanto à Mortalidade na Infância, todos os membros de um domicílio são considerados privados se houve a morte de pelo menos uma criança de até 5 anos nesse domicílio; isso porque, segundo os autores, a morte de uma criança é causada em geral por doenças infecciosas as quais o domicílio está vulnerável, falta de acesso a serviços de saúde, má alimentação, entre outros problemas que envolvem todos os membros do domicílio.

Para mensurar Padrão de Vida, por sua vez, o IPM considera seis indicadores. Três desses são indicadores utilizados e fundamentados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): acesso a Água Limpa, Sanitário Adequado e Energia Limpa Para Cozinhar. São privados, nesse caso, os domicílios cujos indicadores não atendem às definições dos ODMs. Outros dois aspectos são incluídos porque indicam a qualidade da moradia de um domicílio, sendo eles acesso a Energia Elétrica e Piso Adequado. Por fim, o último indicador para essa dimensão indica a posse de alguns itens de consumo (Ativos) e determina que os membros de um domicílio são privados caso esse não possua pelo menos dois dos itens: rádio, televisão, telefone, bicicleta, motocicleta, carro, camionete ou geladeira. Segundo Alkire e Foster (2010), o acesso a água limpa satisfaz a necessidade de hidratação e higiene dos indivíduos; a utilização de energia limpa para cozinhar previne doenças respiratórias e contribui para a sustentabilidade ambiental; o indicador referente à energia elétrica também é de fundamental importância, uma vez que se trata de uma privação enorme não possuir independência nos domicílios durante a noite, ser privado de estudar e trabalhar no domicílio nesse período e mesmo não ter acesso a eletrodomésticos. Por fim, quanto à posse do conjunto de itens, que os autores chamam de Ativos, a escolha do indicador diz respeito à possibilidade dos membros do domicílio se comunicar com outras pessoas, se transportar e também ter acesso a alimentação sadia caso possua alguns dos itens de consumo considerados.

O último aspecto relevante de se destacar acerca da metodologia utilizada pelo IPM é quanto à segunda seleção, ou corte, do chamado *Headcount Ratio*. A primeira forma de corte consiste no exercício apresentado anteriormente de estabelecer condições mínimas em relação a cada indicador, a partir das quais uma pessoa é considerada privada ou não com relação a esse indicador. O segundo corte, porém, define exatamente a quantidade de privações é necessária para qualificar um domicílio como multidimensionalmente pobre. De forma mais abrangente, por exemplo, pode-se considerar como pobre um domicílio que seja privado em pelo menos um dos dez indicadores. De outra forma, mais restrita, pode-se considerar multidimensionalmente pobre somente os domicílios que são privados em todos os dez indicadores – nesse caso, o número de domicílios considerados pobres se reduz, mas a intensidade da pobreza compartilhada por esses domicílios torna-se elevada. Esse segundo corte é, na metodologia, a variável k , que reflete justamente a soma de todos os indicadores, com seus respectivos pesos, em que um domicílio precisa ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre. Essa variável determina a extensão das privações simultâneas que um domicílio pobre deve possuir. Alkire e Foster (2010), proponentes da metodologia, sugerem que um domicílio é pobre multidimensional se a soma dos indicadores privados, com seus respectivos pesos, resulta em pelo menos 30 por cento, ou seja, propõe um $k \geq 0,30$.

4.2 Índice de Pobreza Multidimensional em Minas Gerais – Banco de dados utilizado e adaptações necessárias

Embora o IPM tenha sido elaborado por meio de uma metodologia de simples aplicação, considere um número restrito de dimensões e indicadores justamente para ser facilmente replicado e seja utilizado para comparações de realidades que dispõe de bancos de dados distintos e/ou restritos, para o cálculo do IPM em Minas Gerais foram necessárias, ainda assim, uma série de adaptações exigidas pela forma como os dados estão dispostos na Pesquisa por Amostra de Domicílio (PAD) do ano de 2011. Nesta seção, portanto, serão apresentadas as adaptações realizadas, assim como a própria fonte de dados para os cálculos realizados, a PAD.

A PAD é uma pesquisa domiciliar bianual desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP), cuja primeira rodada foi divulgada em 2009. É amostral e representativa para as doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, para as dez regiões de planejamento e também para

as regiões urbanas e rurais do estado e do Grande Norte. A pesquisa em 2011 contou com uma amostra de 18 mil domicílios distribuídos por 428 municípios mineiros⁹.

A escolha do banco de dados da PAD como fonte de informações para o cálculo do IPM se deu pela confiabilidade dos dados oriundos dessa pesquisa, pelo fato da amostra da pesquisa ser representativa para as regiões de planejamento do estado, uma vez que o interesse é analisar as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas e, por fim, pela maior familiaridade com as informações colhidas pela pesquisa – o que facilitou a escolha dos indicadores.

Conforme apresentado na seção anterior, para o cálculo do IPM é preciso delinear sob qual unidade de análise o índice será calculado; quais as dimensões a ser consideradas; quais serão os indicadores dentro de cada dimensão; qual o corte para a indicação da privação quanto a cada indicador; qual o peso dos indicadores e das dimensões e, por fim, o corte k de pobreza, que define quantas privações são necessárias para que um indivíduo/domicílio seja considerado multidimensionalmente pobre. Opto, neste estudo, por tentar seguir as recomendações do IPM convencional, uma vez que o objetivo é tão somente traçar um panorama da pobreza multidimensional nas regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, sem pretensão de esgotar o assunto e de traçar um diagnóstico completo da situação nas regiões supracitadas.

A unidade de análise utilizada, portanto, é também o domicílio; os indicadores inseridos nas dimensões e as próprias dimensões entre si são igualmente valoradas – possuem o mesmo peso; as três dimensões utilizadas pelo IPM padrão são mantidas; os indicadores escolhidos são praticamente os mesmos, com pequenas variações e, por fim, a variável k , que define o corte para os domicílios serem considerados pobres, também foi igual a, pelo menos, 30% ou 0,30. No entanto, algumas adaptações se fizeram necessárias e, portanto, serão apresentadas abaixo.

Na dimensão Educação, foram considerados, da mesma forma, os indicadores Anos de escolaridade e Frequência das Crianças à Escola. No que se refere ao primeiro indicador, porém, optou-se por considerar privado o domicílio em que nenhum de seus membros adultos

⁹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Indicadores Básicos - Documento Metodológico. Boletim PAD-MG 2011, ano 1, n. 3, junho de 2012. Belo Horizonte, 2012.

(maiores de 15 anos) possua pelo menos oito anos de escolaridade, ao invés de cinco anos como sugere a metodologia convencional. Essa alteração justifica-se pelo fato de, no Brasil, ser obrigatória a frequência à escola até o nono ano (ou oitava série), assim como pelo fato de essa escolarização, em geral, ser a minimamente exigida para a inserção no mercado de trabalho. Na atual conjuntura da educação no Brasil, ainda, a escolaridade média do país é de 7,2 anos¹⁰ e, portanto, considerar um domicílio privado somente se nenhum de seus membros possui cinco anos de escolaridade seria um reducionismo frente à realidade brasileira. No que tange ao indicador Frequência das Crianças na Escola, não há alteração significativa quanto ao indicador no IPM tradicional, somente com relação à idade escolar. Consideram-se privados os domicílios em que alguma criança de 6 a 14 anos está fora da escola, isso porque o ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens especificamente nessa faixa de idade no Brasil¹¹.

Os indicadores da dimensão Saúde foram os mais difíceis de obter, tendo em vista que a PAD não possui os dados tradicionais referentes à Mortalidade na Infância e à Nutrição dos membros dos domicílios. Sendo assim, foi necessário buscar outra forma de se traçar indicadores que apontassem a privação dos domicílios quanto a essa dimensão. Um indicador factível, que de certa forma tenta captar a privação relacionada à mortalidade na infância, foi o de Mortalidade da Última Criança Nascida Viva (antes de 2006) no domicílio. A partir do banco de dados da PAD é possível identificar o ano e mês de nascimento do último filho nascido vivo no domicílio, assim como a informação se esse filho estava vivo até a data de referência da pesquisa (setembro de 2011). Dessa forma, foi possível identificar se o último filho nascido vivo era criança (menor de cinco anos) até a data de referência e, se fosse, se ele havia morrido até essa mesma data. Reconhece-se que esse indicador é muito limitado e pode não apontar de fato a privação da mortalidade na infância, caso alguma criança que não tenha sido o último filho do domicílio tenha morrido ou mesmo caso a última criança tenha nascido antes de 2006 e morrido, ainda criança, até 2011. No entanto, diante da disponibilidade de dados, foi um dos dois únicos indicadores possíveis de se obter para a dimensão Saúde¹². O segundo indicador, também limitado, refere-se à autoavaliação do Estado de Saúde dos

¹⁰ PNUD. Nota Explicativa: Valores do IDH brasileiro e as Mudanças de Ranking no Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Disponível em: <http://www.pnud.or.br/arquivos/nt-br.pdf>.

¹¹ Conferir informação em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/ensino-fundamental>. Acesso: 10/07/2013.

¹² Esse indicador será denominado nas tabelas analíticas apresentadas na seção Resultados como Mortalidade na Infância.

membros do domicílio. Por meio do questionário da PAD, um membro do domicílio avalia o estado de saúde dos demais membros, inclusive o seu próprio, como “muito bom”, “bom”, “regular”, “ruim” ou “muito ruim”. Fica claro que esse indicador, portanto, também é inexacto, uma vez que além de ser pautado na auto avaliação do estado de saúde, é pautado também na avaliação de um indivíduo sobre a saúde dos demais do domicílio, uma vez que somente um indivíduo responde ao questionário. Para fins de detectar a privação do domicílio, considera-se privado em Estado de Saúde o domicílio em que pelo menos metade de seus membros possuem estado de saúde “regular”, “ruim” ou “muito ruim”.

Por fim, para composição da dimensão Padrão de Vida, considerou-se adequado utilizar (e foi possível manter inalterados) os indicadores de Água Limpa para consumo, Sanitário Adequado e material predominante no Piso da casa. No que tange ao indicador Energia Limpa para Cozinhar, considerou-se inadequado para a realidade de Minas Gerais, visto que é uma característica cultural do estado cozinhar-se com fogão à lenha. Nesse sentido, não se pode considerar privado um domicílio que utiliza a lenha para esse fim, muitas vezes por escolha dos próprios membros do domicílio. Embora seja plausível que esse tipo de combustível possa causar problemas respiratórios e, ainda, danificar o meio ambiente, a não utilização do fogão à lenha se relaciona muito mais com uma possível necessidade de mudança cultural¹³ do que da necessidade de uma política pública para superação da pobreza. Sendo assim, esse indicador foi suprimido do cálculo do IPM para Minas Gerais.

Além disso, com relação ao acesso a Energia Elétrica, considerou-se também inadequado para a realidade mineira a utilização desse indicador. Ainda que o acesso a eletricidade seja de fundamental importância e o não acesso, de fato, represente uma privação significativa, em Minas Gerais 99,29% dos domicílios, segundo Censo 2010 do IBGE, já possuem acesso a energia elétrica. Sendo assim, não se faz mais necessário, para fins de cálculo das privações da população mineira, considerar esse indicador.

O indicador que aponta os *ativos* dos domicílios, ou posse de determinados bens de consumo, foi mantido, embora tenha sido adaptado. Primeiramente, não foram consideradas a posse de rádio e a posse dos meios de transporte carro, bicicleta, camionete e motocicleta. A não

¹³ Com certeza haveria bastante discussão acerca da necessidade, viabilidade e até pertinência ou não dessa mudança. Não me posiciono, aqui, quanto a isso; somente suponho que seja um ideal a ser buscado, segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – já que é proposto como um indicador de privação o tipo de combustível utilizado para se cozinhar nos domicílios.

utilização desses itens para composição do indicador se deu pela ausência da questão “posse de rádio” no questionário da PAD e da dificuldade de se captar, no banco de dados, as informações domiciliares relativas à posse de motocicleta¹⁴. Uma vez que não foram encontradas essas últimas informações, utilizar somente as informações de posse de carro e bicicleta¹⁵ seria superestimar a privação quanto à posse de meios de transporte, já que a motocicleta é um meio de transporte comum principalmente no interior do estado. Ou seja, os domicílios que possuem somente motocicletas seriam considerados privados, uma vez que a informação relativa à posse desse meio de transporte não estaria sendo considerada. Além disso, acrescentou-se um item de consumo aos Ativos considerados, a saber, a máquina de lavar ou tanquinho. Acrescentou-se esses item¹⁶ pela necessidade de recompor o indicador, que não consegue captar a posse de rádio e meios de transporte, e também pelo fato da ausência do item representar uma privação no que tange à higiene, uma vez que configura item básico nos domicílios para suprir a necessidade de manter a limpeza das vestimentas dos membros, assim como as “roupas de cama” e outros utensílios domésticos. Assim sendo, o indicador Ativos_aponta como privado o domicílio que não possuir pelo menos um dos quatro itens: telefone fixo ou celular, televisão, máquina de lavar roupa ou tanquinho e geladeira.

Ainda com relação a Padrão de Vida, para que a dimensão não contasse com apenas quatro indicadores (Energia Elétrica e Energia Limpa para Cozinhar foram suprimidos), buscou-se algum outro indicador que representasse privação para os domicílios em termos de Padrão de Vida. Conforme três metodologias distintas utilizadas no Brasil e na Argentina acerca do déficit habitacional¹⁷, que incluem o aspecto de inadequação domiciliar e, dessa forma, tangenciam a dimensão Padrão de Vida, é considerado inadequado o domicílio com adensamento excessivo de moradores. Esse foi um ponto convergente entre as metodologias consideradas. Além disso, é um aspecto possível de se calcular por meio do banco de dados

¹⁴ O banco de dados a que tive acesso não possuía a questão “Vocês possuem motocicletas no domicílio?”, estando disponíveis somente as informações de “Quantas motocicletas vocês possuem no domicílio”. Utilizar somente as informações dessa segunda questão obrigaria a se considerar as respostas “Não sei/Não respondeu” como “não possui motocicletas” – o que não necessariamente corresponde à realidade. Sendo assim, optou-se por não utilizar esse indicador, com todo o ônus que isso pode trazer.

¹⁵ Não consta no questionário questão relativa à posse de camionete. E mesmo se houvesse, na realidade específica de Minas Gerais e do Brasil, esse item não é comum o suficiente a ponto de ser necessária sua consideração.

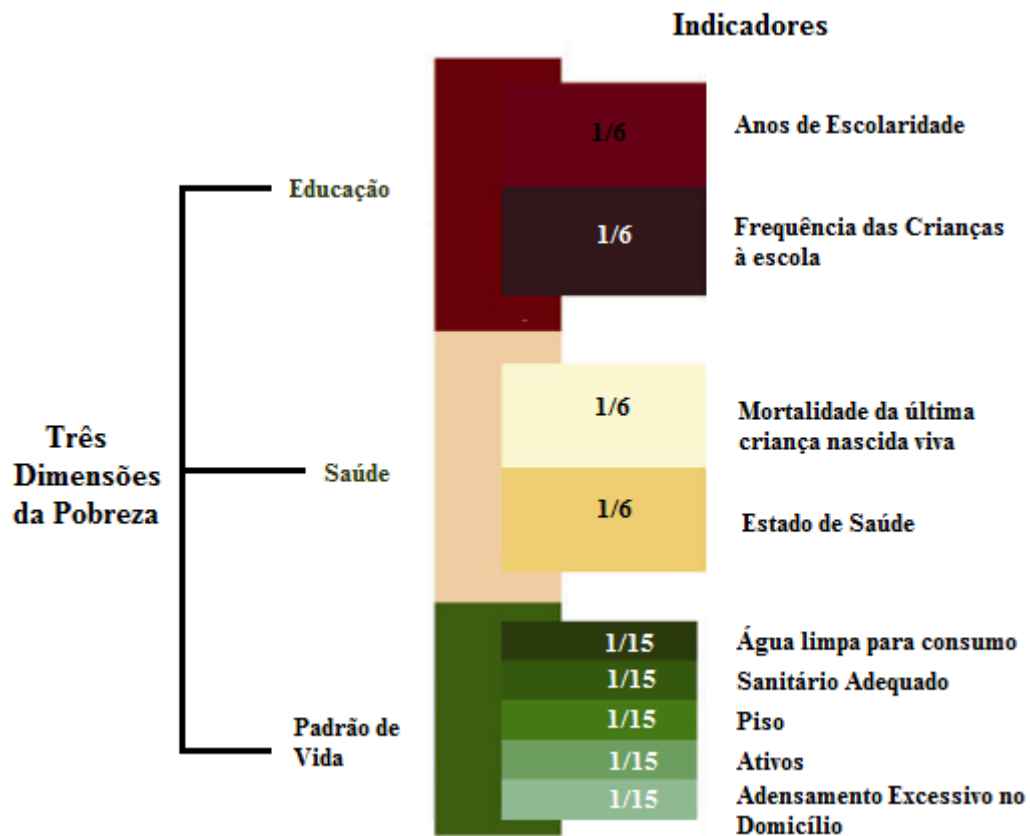
¹⁶ Máquina de lavar e tanquinho foram considerados como um único item por serem substitutos.

¹⁷ As metodologias referidas são da Fundação João Pinheiro (FJP), de 2002, do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (Indec), da Argentina, de 2001, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2001. As três metodologias, assim como outras, são discutidas no trabalho de Alves e Cavenaghi (2006), denominado *Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia*, disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas3/demographicas3artigo9_257a286.pdf.

da PAD 2011, e foi considerado um indicador plausível para apontar um tipo de privação dos domicílios em termos de Padrão de Vida. Sendo assim, optou-se por acrescentá-lo ao rol de indicadores dessa dimensão. Contudo, há uma pequena divergência quanto ao número de membros por cômodo que caracterizaria uma densidade excessiva de moradores. A FJP e o INDEC consideram que mais de três moradores por cômodo caracteriza adensamento excessivo no domicílio, enquanto o IBGE considera a partir de três membros, ou seja, mais de dois moradores por cômodo. Para fins deste estudo opta-se por considerar privado um domicílio cuja densidade domiciliar seja superior a três membros por cômodo.

Abaixo, a Figura 4 ilustra os indicadores utilizados na adaptação do cálculo do IPM em Minas Gerais, para fins deste estudo:

Figura 4 - Dimensões, Indicadores e pesos considerados para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria.

5. RESULTADOS OBTIDOS

Conforme metodologia convencional para o cálculo do IPM e as adaptações necessárias à realidade de Minas Gerais, foram utilizados os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílio de Minas Gerais (PAD-MG) e foi obtido o Índice de Pobreza Multidimensional de Minas Gerais. O trabalho, no entanto, concentrou-se principalmente nos índices das regiões de planejamento Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, tendo servido as informações levantadas para as demais regiões como parâmetro de comparação.

Ressalta-se que o caminho para a obtenção do IPM levanta uma série de outras informações valiosas acerca das privações e pobreza no estado de Minas Gerais e para cada Região de Planejamento separadamente. Sendo assim, essas informações, além do Índice em si, também serão apresentadas e discutidas.

5.1 Análise descritiva da privação dos indivíduos quanto aos indicadores e dimensões selecionados

Serão apresentadas nessa subseção, portanto, estatísticas descritivas a respeito da proporção de indivíduos privados em cada um dos nove indicadores selecionados para o cálculo do IPM, assim como essa proporção para cada uma das Regiões de Planejamento do estado. Será apresentada também a proporção de indivíduos com domicílio privado nas dimensões Educação, Padrão de vida e Saúde de forma geral, quando esses possuem mais de 30% de privação nos indicadores de cada dimensão. Inicialmente, a seguir se apresenta a proporção de pessoas com domicílios privados, em cada um dos nove indicadores de privação selecionados.

Tabela 2 - Porcentagem de indivíduos com domicílios privados, MG, 2011

Privação	Quantidade de pessoas com domicílio privado (%)
Água	13.62
Banheiro	22.59
Piso	0.77
Adensamento Domicílio	4.74
Ativos	20.84
Escolaridade	24.94
Frequência à escola	1.92
Estado de Saúde	15.72
Mortalidade na Infância	0.20

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Destaca-se que um maior número de pessoas possui privação domiciliar em Anos de Escolaridade (24,94%). Isso significa que quase 25% das pessoas em Minas Gerais residem em domicílios em que nenhum dos membros maiores de 15 anos possui escolaridade mínima de oito anos – o que representa no sistema educacional brasileiro, o Ensino Fundamental completo¹⁸. No que se refere ao outro indicador dessa mesma dimensão, Frequência à Escola, no entanto, observa-se que a porcentagem de pessoas residentes em domicílios em que alguma criança não está frequentando a escola é muito baixa – cerca de 1,9%. Isso pode ser atribuído à existência de um aparato legal que torna obrigatória a frequência das crianças de 6 a 14 anos nas escolas e também à quase universalização do Ensino Fundamental vivida atualmente pelo país. O alto percentual de indivíduos com domicílios privados em Anos de Escolaridade, no entanto, já deve contribuir fortemente para um elevado percentual de indivíduos privados na dimensão Educação, já que o próprio indicador, especificamente, tem um peso significativo na composição do IPM¹⁹.

Em seguida, observa-se que 22,54% das pessoas possuem domicílios privados de Sanitário Adequado. Isso implica dizer que todas essas pessoas ou não possuem sanitários em seus domicílios ou possuem sanitários cujo escoadouro é feito por meio de fossa séptica não ligada à rede (coletora de esgoto ou fluvial); fossa rudimentar; vala; ou o escoamento vai direto para rios ou lagos. O dado aponta, portanto, para a urgência de maiores investimentos governamentais em saneamento básico.

A tabela indica também que 20,84% das pessoas não possuem pelo menos um dos itens considerados pelo indicador Ativos (algum tipo de telefone, televisão, máquina de lavar ou tanquinho e geladeira) no domicílio. Além disso, 15,72% das pessoas possuem domicílio cuja metade ou mais de seus membros são detentoras de um estado de saúde regular, ruim ou muito ruim, o que torna o domicílio privado com relação ao estado de saúde. Outro indicador com percentual expressivo de pessoas com domicílio privado é o referente à disponibilidade

¹⁸¹⁸ É recente ainda a reformulação do Ensino Fundamental que fez com que essa etapa passasse a ser de nove anos. Portanto, para os adultos em geral, pode-se considerar que Ensino Fundamental completo representasse oito anos de estudo.

¹⁹ Todos os indicadores possuem peso igual internamente a cada dimensão; no entanto, como as dimensões Saúde e Educação possuem somente dois indicadores cada uma, um indicador inserido em uma dessas dimensões representa 1/6 do IPM, enquanto os cinco indicadores da dimensão Padrão de Vida representam, cada um, 1/15. Sendo assim, os indicadores de Saúde e Educação acabam tendo um peso superior a cada um dos indicadores de Padrão de Vida.

de água limpa para o consumo. A PAD 2011 demonstra que 13,62% da população mineira possui domicílios cuja água utilizada no domicílio é proveniente de poço ou nascente e não da rede geral de distribuição. Isso limita o acesso a água em determinados períodos do ano, em algumas regiões, além de significar falta de qualidade da água utilizada pelos domicílios – os caracterizando, portanto, como privados.

Por fim, observa-se que em média 4,4% dos indivíduos possuem domicílio com densidade de moradores superior a três membros por dormitório e 0,77% possuem domicílio com piso inadequado, ou seja, de terra. Além disso, observa-se também um percentual muito baixo, 0,20%, de indivíduos cujo domicílio presenciou a mortalidade da última criança nascida viva – o que não reflete, porém, a mortalidade na infância em sua totalidade, como já discutido em seções anteriores.

Para fins de observar a porcentagem de indivíduos com domicílio privado em cada um dos nove indicadores, conforme foi feito anteriormente, destacando-se, porém, as Regiões de Planejamento de Minas Gerais²⁰ em que se encontram os domicílios, analisemos a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Porcentagem de indivíduos com domicílio privado por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Padrão de Vida					Educação		Saúde	
	Água	Sanitário	Piso	Adensamento domicílio	Ativos	Escolaridade	Frequência à escola	Estado de Saúde	Mortalidade
Norte	22.10	56.85	2.77	6.22	34.93	27.04	4.09	14.95	0.46
Rio Doce	18.86	18.77	1.19	3.71	24.36	27.18	2.18	19.55	0.00
Zona da mata	18.32	27.21	1.15	4.26	26.89	31.78	0.80	16.63	0.10
Noroeste	20.03	36.88	2.25	5.69	22.38	29.45	2.86	24.66	0.10
Central	14.90	23.46	0.71	4.35	24.11	26.54	1.16	15.75	0.33
Sul	16.69	18.89	0.03	3.71	16.43	26.17	0.70	13.06	0.13
Triângulo	8.22	11.19	0.18	3.69	13.45	22.54	2.71	15.09	0.00

(continua)

²⁰ O estado de Minas Gerais é dividido em dez regiões de planejamento. A PAD, porém, desagrega da Região Central a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Entenda-se, portanto, quando utilizado o termo Região de Planejamento, a consideração da RMBH.

(conclusão)

Tabela 3 - Porcentagem de indivíduos com domicílio privado por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Padrão de Vida					Educação		Saúde	
	Água	Sanitário	Piso	Adensamento domicílio	Ativos	Escolaridade	Frequência à escola	Estado de Saúde	Mortalidade
A. Paranaíba	16.57	18.53	0.12	2.57	13.05	25.71	1.06	19.82	0.12
Centro Oeste	10.11	14.70	0.04	2.97	16.05	27.34	1.45	16.72	0.43
Jequit/Mucuri	29.46	37.71	2.33	6.87	49.41	32.52	5.65	17.20	0.63
RMBH	2.96	13.15	0.18	6.02	11.93	17.31	1.73	14.17	0.15
Total	13.62	22.59	0.77	4.74	20.84	24.94	1.92	15.72	0.20

Fonte: PAD 2011. Elaboração Própria.

Conforme demonstram os dados, as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas apresentam a maior porcentagem de indivíduos com domicílio privado para quase todos os indicadores. Os dois únicos indicadores em que essas regiões não aparecem juntas entre as de maior porcentagem de indivíduos com privação são Escolaridade (e mesmo assim, a região Jequitinhonha/Mucuri aparece com maior porcentagem) e Estado de Saúde.

Com domicílio privado em relação ao acesso a Água, a região Norte do estado aparece com 22,10% de sua população e a região Jequitinhonha/Mucuri possui quase 30% de seus habitantes. Ambos os valores são muito superiores à média de pessoas com essa privação domiciliar no estado (13,62%). Outro indicador surpreendentemente negativo é o de Sanitário Adequado: mais da metade da população da região Norte de Minas (56,85%) não possui escoamento do sanitário feito por meio de rede coletora de esgotos ou pluvial ou por fossa séptica ligada à essa rede. Na região Jequitinhonha/Mucuri a situação é mais amena, com 37,71% de sua população com a privação domiciliar relativa a Sanitário Adequado. Ainda assim, é possível destacar o elevado número de pessoas com situações precárias em seus domicílios nesse quesito, em ambas as regiões. A região de planejamento com menor incidência de privação em relação a água e sanitário é a Triângulo.

Com relação aos três outros indicadores inseridos na dimensão Padrão de Vida – Piso, Adensamento excessivo de pessoas no Domicílio e Ativos, as regiões Norte de Minas e Jequitinhonha apresentam, da mesma forma, maior porcentagem de sua população privada, quando comparadas às outras regiões. Há somente 0,77% das pessoas em Minas Gerais com

domicílio privado quanto ao piso do domicílio; porém no Norte de Minas essa porcentagem é mais que três vezes superior (2,77%), assim como no Jequitinhonha/Mucuri, onde 2,33% da população possui essa privação domiciliar. Com relação ao adensamento excessivo, 6,22% e 6,87% da população do Norte e Jequitinhonha/Mucuri, respectivamente, possuem mais de três pessoas por dormitório frente a uma porcentagem de 4,74% da população do estado. O indicador referente à posse de Ativos também indica privação superior nas duas regiões em comparação com o resto do estado – no Jequitinhonha/Mucuri, por exemplo, a porcentagem de indivíduos com domicílio privado é superior a duas vezes a porcentagem da população de Minas Gerais com a mesma privação.

Quanto à dimensão Educação, observa-se uma privação proporcional da população do Jequitinhonha/Mucuri (32,52%) muito superior à proporção de indivíduos privados em todo o estado (24,94%), o que indica que nessa região a incidência da privação Escolaridade é realmente alta. Quanto à Frequência das crianças na Escola, ainda que a proporção de indivíduos em cujo domicílio alguma criança não frequente a escola seja baixa no estado, de apenas 1,92%, nas regiões de planejamento Norte e Jequitinhonha/Mucuri essa proporção chega a 4,02% e 5,65%. Talvez se torne importante averiguar, a partir da observância desses indicadores, se nessas regiões há também maior incidência de trabalho infantil, visto que há maior proporção de pessoas com domicílio em que há crianças menores de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.

Por fim, quanto aos indicadores da dimensão saúde, nota-se que a privação quanto ao Estado de Saúde é maior proporcionalmente nas regiões Noroeste (24,66%) e Alto Paranaíba (19,82%). Por outro lado, continua sendo no Norte de Minas e no Jequitinhonha/Mucuri a maior incidência proporcional da privação em Mortalidade do último filho nascido vivo, 0,46% e 0,63%, respectivamente.

Para encerrar a análise descritiva quanto à porcentagem de indivíduos privados em indicadores e dimensões específicas, a Tabela 4 a seguir aponta a proporção de indivíduos com domicílio privado nas três dimensões selecionadas, para além dos indicadores separadamente, para cada Região de Planejamento. Ressalta-se que foram considerados privados quanto a uma dimensão aqueles indivíduos cujo domicílio se encontra privado em

pelo menos 30% dos indicadores de cada dimensão²¹. Isso significa, na dimensão Padrão de Vida, ser privado em pelo menos dois indicadores e, nas dimensões Educação e Saúde, ser privado em pelo menos um indicador.

Tabela 4 - Porcentagem de indivíduos com domicílio privado nas dimensões Padrão de Vida, Educação e Saúde por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Padrão de Vida	Educação	Saúde
Norte	37.04%	29.11%	15.34%
Rio Doce	18.34%	28.23%	19.55%
Zona da mata	21.81%	32.52%	16.73%
Noroeste	22.87%	31.18%	24.76%
Central	19.08%	26.71%	16.02%
Sul	18.30%	26.49%	13.17%
Triângulo	10.20%	24.51%	15.09%
Alto Paranaíba	16.70%	26.40%	19.93%
Centro Oeste	10.90%	27.96%	17.14%
Jequitinhonha/Mucuri	37.95%	35.87%	17.72%
RMBH	5.90%	18.21%	14.29%
Total	17.30%	25.99%	15.89%

Fonte: PAD 2011. Elaboração Própria.

Observa-se, na última linha da tabela, que a dimensão que apresenta maior porcentagem de indivíduos privados no estado, de forma geral, é a Educação. Conforme analisado anteriormente, isso possivelmente ocorre devido a alta proporção de indivíduos com domicílio privado em Escolaridade, o que já é suficiente para tornar esses indivíduos privados em Educação, conforme corte escolhido. Porém, quando observamos os indivíduos privados em cada uma das regiões do estado, nota-se que, para as regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, a dimensão com maior proporção de indivíduos privados é Padrão de Vida. Conforme Tabela 3, esse resultado já era esperado uma vez que em todos os indicadores dessa dimensão ambas as regiões apresentaram quantidade destoante do restante do estado, para cima, de indivíduos com privação. Com relação à dimensão Saúde, no entanto, as duas regiões apresentaram proporção semelhante à proporção do estado (15,89%).

²¹ Optou-se por esse corte para seguir o corte utilizado no cálculo do IPM padrão para considerar indivíduos como multidimensionalmente pobres.

5.2 Incidência (H) da pobreza multidimensional, Intensidade (A) média das privações compartilhadas pelos indivíduos pobres e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

5.2.1 Incidência da Pobreza Multidimensional

Inicialmente, para fins de apresentação dos resultados obtidos para os indicadores H, A e IPM, ressalta-se uma característica importante da amostra realizada pela PAD que, se não considerada, poderia ter produzido resultados incorretos para as estimativas de erro padrão e níveis de significância para os testes realizados. Tal característica é a configuração de um plano amostral complexo, incluindo estratificação e seleção em múltiplos estágios de amostragem estratificada (FEITAL, 2011). Embora não seja o foco do trabalho, destaca-se que as informações apresentadas a seguir levaram em consideração, portanto, tal característica da amostra.

Feita a observação inicial, a Tabela 5 apresenta a Incidência da pobreza multidimensional na população de Minas Gerais. Salienta-se novamente que o corte determinado para a identificação dos indivíduos pobres é de, pelo menos, 30% dos indicadores privados, lembrando que cada indicador possui um peso de acordo com a dimensão que compõe. Sendo assim, forma-se uma série de combinações possíveis de privações que podem caracterizar um indivíduo como multidimensionalmente pobre – por exemplo, ser privado em três indicadores da dimensão Padrão de Vida ($0,0666 \times 3 = 0,1998$) e um indicador na dimensão Educação (0,1666).

Tabela 5 - Incidência (H) da pobreza multidimensional entre a população de Minas Gerais, MG, 2011

Indicador	Média	Erro Padrão	[Intervalo de Confiança de 95%]	
Incidência (H) da pobreza multidimensional	15.14%	0.0046713	0.1422347	0.1605652

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

É possível afirmar, portanto, com 95% de confiabilidade, que em Minas Gerais cerca de 15% da população reside em domicílio privado multidimensionalmente, ou seja, privado em pelo menos 30% dos indicadores neste estudo selecionados. A fim de comparar a incidência da pobreza multidimensional nas diferentes Regiões de Planejamento do estado, segue a Tabela 6.

Tabela 6 - Incidência (H) da pobreza multidimensional, por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Incidência Média	Erro Padrão	[Intervalo de Confiança de 95%]	
Norte	24.14%	0.0221666	19.79%	28.49%
Rio Doce	17.46%	0.0149002	14.53%	20.38%
Zona da mata	17.87%	0.0219336	13.57%	22.18%
Noroeste	20.95%	0.0189905	17.22%	24.68%
Central	16.08%	0.0174255	12.66%	19.50%
Sul	14.89%	0.0102737	12.87%	16.90%
Triângulo	11.80%	0.0103014	9.78%	13.82%
Alto Paranaíba	15.94%	0.0097231	14.04%	17.85%
Centro Oeste	13.77%	0.0096927	11.86%	15.67%
Jequitinhonha/Mucuri	25.29%	0.0162191	22.11%	28.48%
RMBH	8.50%	0.0079802	6.93%	10.06%

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Destaca-se que, embora a média de indivíduos com privação domiciliar multidimensional em Minas Gerais seja de 15,14%, nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri encontramos uma proporção muito superior a essa média: 24,14% e 25,29%, respectivamente. Logo em seguida, observamos alta incidência da pobreza multidimensional também na região Noroeste do estado, onde 20,95% da população possui múltiplas privações domiciliar. Ressalta-se que, por meio de teste estatístico de diferença de médias, os valores da Incidência da pobreza multidimensional nessas três Regiões de Planejamento não possuem diferenças estatisticamente significantes entre si²². Há, no entanto, diferença estatisticamente significativa, ao nível de pelo menos 95% de confiança, entre a incidência nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri e todas as demais regiões do estado, com exceção da Noroeste. A RMBH apresenta menor incidência da pobreza multidimensional, 8,50%, seguida da Região de Planejamento Triângulo, com 11,80%.

5.2.2 Intensidade da Pobreza Multidimensional

A seguir, importa analisar o segundo componente do IPM, a Intensidade (A) média da pobreza compartilhada pelos indivíduos considerados pobres multidimensionalmente. No estado como um todo, observamos na Tabela 7 que os indivíduos pobres são privados em média em 36,82% dos indicadores. Isso implica, necessariamente, que em média cada

²² Para visualização dos resultados dos testes, vide Apêndice 1A.

indivíduo possui privações domiciliares não só em vários indicadores, mas também em, pelo menos, mais de uma dimensão – dado que cada dimensão representa 30% em relação a todas as privações consideradas.

Tabela 7 - Intensidade (A) média das privações compartilhadas entre os indivíduos pobres multidimensionalmente, MG, 2011

Indicador	Média	Erro Padrão	[Intervalo de Confiança de 95%]	
Intensidade (A) média das privações	36.82%	0.0022053	36.39%	37.25%

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Na Tabela 8, abaixo, observamos a Intensidade em cada uma das Regiões de Planejamento. Os dados apontam que a região Norte apresenta, entre sua população multidimensionalmente pobre, 38,65% de privações e que no Jequitinhonha/Mucuri, a população pobre é privada em 38,53% dos indicadores. Quanto à Intensidade média da pobreza, porém, não observamos diferenças estatisticamente significantes entre a média dessas duas regiões e a média de quase todas as outras regiões²³.

Tabela 8 - Intensidade (A) da pobreza para os indivíduos multidimensionalmente pobres, por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Intensidade Média	Erro Padrão	[Intervalo de Confiança de 95%]	
Norte	38.65%	0.0084959	36.98%	40.32%
Rio Doce	37.48%	0.0075305	36.00%	38.96%
Zona da mata	36.53%	0.0051881	35.51%	37.55%
Noroeste	38.59%	0.0098167	36.67%	40.52%
Central	37.33%	0.0088790	35.58%	39.07%
Sul	35.17%	0.0049924	34.19%	36.15%
Triângulo	35.33%	0.0039197	34.56%	36.10%
Alto Paranaíba	35.41%	0.0055160	34.33%	36.50%
Centro Oeste	37.03%	0.0050259	36.04%	38.02%
Jequitinhonha/Mucuri	38.53%	0.0056382	37.43%	39.64%
RMBH	35.65%	0.0043588	34.80%	36.51%

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

²³Para as Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, a diferença em relação à Rio Doce, Noroeste, Central, Centro Oeste, bem como a diferença entre elas, não é estatisticamente significativa. Ou seja, a diferença na Intensidade da pobreza só é significativa ao nível de pelo menos 95% de confiança, em relação à Zona da Mata, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba e RMBH. Conferir no Apêndice 1B.

Isso indica, portanto, que a Intensidade da pobreza é aproximadamente igual em quase todas as regiões do estado, embora a Incidência seja diferenciada entre as Regiões de Planejamento – sensivelmente superior nas regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste.

5.2.3 O valor do IPM de Minas Gerais

Apresentados os dois componentes do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) – *Headcount Ratio* (H) e *Average Intensity of poverty* (A), a seguir apresenta-se o IPM do estado de Minas Gerais.

Tabela 9 - Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de Minas Gerais, MG, 2011

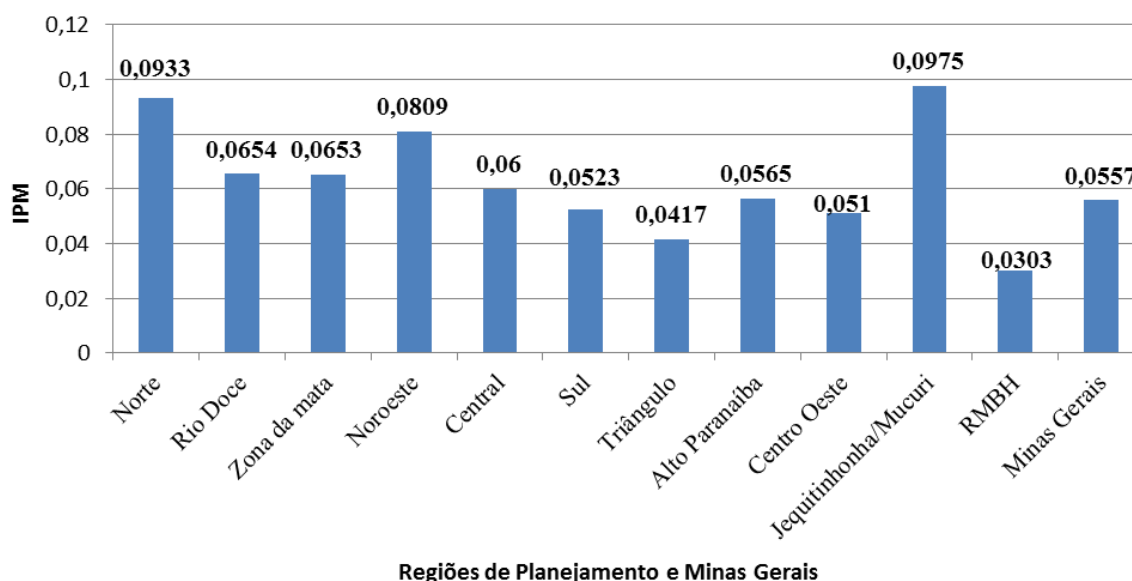
Indicador	Média	Erro Padrão	[Intervalo de Confiança de 95%]	
IPM (M=HxA)	0,0557	0,001792	0,0522	0,0593

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

O índice de 0,0557 para Minas Gerais é a síntese da proporção de 15,14% de indivíduos multidimensionalmente pobres no estado, que compartilham em média 36,82% das privações aqui consideradas – ou seja, essa é a proporção dos considerados pobres ajustada pela intensidade de sua pobreza.

Em termos comparados, o Gráfico 1 abaixo apresenta o IPM de cada Região de Planejamento do estado de Minas Gerais, bem como a comparação com o IPM do próprio estado.

Gráfico 1 - Índice de Pobreza Multidimensional por Regiões de Planejamento, MG, 2011



Fonte: PAD 2011. Elaboração Própria.

Aponta-se novamente o destaque das regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado como aquelas com pior situação no que tange à pobreza. A região Noroeste, da mesma forma, se destaca, a ponto de não haver diferença estatisticamente significativa²⁴ entre o IPM das regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste. Nessas três regiões, o IPM se aproxima de 0,1, valor bem superior ao IPM do estado como um todo (0,0557) e superior também ao índice das demais regiões – o que reafirma a desigualdade existente entre as regiões de planejamento do estado.

5.2.4 Incidência, Intensidade e IPM para subgrupos populacionais

É sabido que alguns subgrupos populacionais, como mulheres, negros, crianças e idosos, devido à estrutura desigual da sociedade, fruto de uma herança cultural perversa do nosso país, estão mais vulneráveis a condições de pobreza. Albuquerque (1995, p.83), por exemplo, identifica a categoria de “grupos sociais pobres potencialmente mais vulneráveis”, por meio de estudos empíricos que apontam determinados subgrupos como mais vulneráveis. O autor aponta, por exemplo, que no Nordeste Rural em 1990, “entre as famílias pobres consideradas socialmente mais vulneráveis, sobressaíam as chefiadas por mulheres e por pessoas de cor preta, com menos de 18 anos ou com mais de 60 anos”.

Nesse sentido, explora-se aqui uma das possibilidades do IPM, a saber, a identificação de subgrupos cuja incidência da pobreza é desproporcional à incidência média no conjunto total da população. Essa possibilidade constitui-se ferramenta importante para a atuação governamental, que pode tornar-se mais equânime à medida que é possível identificar os grupos mais vulneráveis, para, então, tratá-los desigualmente na medida de sua desigualdade.

Será discutido em que medida a incidência e a intensidade da pobreza são mais severas entre indivíduos autodeclarados brancos, pretos, pardos ou outras (que inclui indígenas e amarelos); entre indivíduos de diferentes faixas de idade e entre homens e mulheres.

A Tabela 10, abaixo, sintetiza as informações referentes às condições de pobreza dos referidos subgrupos.

²⁴ Conferir no Apêndice 1C.

Tabela 10 - Incidência, Intensidade e Índice de Pobreza Multidimensional por Raça, Faixa Etária e Sexo dos indivíduos, MG, 2011

Raça ²⁵	Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM
Branca	12.81%	36.15%	0.0463
Preta	18.61%	38.07%	0.0708
Parda	16.56%	36.92%	0.0611
Outras	12.60%	39.95%	0.0504
Faixa Etária ²⁶			
Até 14 anos	14.80%	36.08%	0.0534
15 - 29 anos	7.78%	35.84%	0.0279
30 - 60 anos	14.41%	36.75%	0.0530
61 anos ou mais	36.13%	38.05%	0.1375
Sexo			
Homem	15.64%	36.81%	0.0576
Mulher	14.66%	36.83%	0.0540
Média do estado	15.14%	36.82%	0.0557

Fonte: PAD 2011. Elaboração Própria.

Observa-se que a Incidência (H) da pobreza no que tange a indivíduos de diferentes raças apresenta variação significativa: 18,61% dos pretos pertencem a domicílios privados multidimensionalmente e 16,56% dos indivíduos pardos se encontram na mesma situação, frente à porcentagem abaixo da média estadual de 12,81% de indivíduos brancos que são multidimensionalmente pobres. Não há diferença estatisticamente significativa entre a Incidência (H) da pobreza nos indivíduos pretos e pardos, mas ela é significativa ao nível de 99% de confiança se comparada à Incidência na população branca e amarela/indígena. Se olharmos para a Intensidade (A), porém, observamos que a população incluída em “Outras raças”, embora não possua alto percentual de pobres, possui um dos mais altos valores de (A), juntamente com a população preta. Nessa categoria, se incluem indivíduos autodeclarados amarelos e indígenas e, portanto, faz-se necessário posterior estudo para identificar qual grupo está mais vulnerável. A diferença entre a Intensidade da pobreza dos indivíduos nessa categoria e os pretos não é estatisticamente significativa, mas é significativa ao nível de pelo menos 95% de confiança para os valores dos demais grupos. Sendo assim, observa-se novamente a situação desfavorável dos grupos raciais pretos, pardos e de amarelos e

²⁵ Na PAD, a cor ou raça do indivíduo é apurada por auto declaração e inserida em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. Porém, como indivíduos indígenas e amarelos representam pequena parcela da população, optou-se por reunir ambas as raças em “outras”.

²⁶ As faixas de idade foram agrupadas convencionalmente em Crianças de até 14 anos, Jovens de 15 a 29 anos (definido por lei), Adultos de 30 a 60 anos e Idosos de 61 anos ou mais.

indígenas, conjuntamente, com relação aos brancos. O resultado é um Índice de Pobreza Multidimensional que reflete essa situação.

Com relação às diferentes faixas etárias, observamos valores de (H) e (A) para as populações de até 14 anos (crianças) e de 30 a 60 anos (adultos) semelhantes à média do estado. No entanto, percebemos também que a Incidência da pobreza multidimensional entre os indivíduos jovens (de 15 a 29 anos) é bastante inferior à média do estado, ao passo que entre os idosos essa incidência é sensivelmente superior, de 36,13%. O dado mais alarmante, portanto, é com relação aos idosos. Entre esse grupo tanto a Incidência quanto a Intensidade da pobreza são maiores comparativamente aos indivíduos pertencentes às demais faixas etárias.

Com relação à pobreza que atinge diferentemente a homens e mulheres, surpreendentemente encontrou-se maior Incidência e Intensidade da pobreza multidimensional entre os homens, contrariando a hipótese inicial de que as mulheres se encontrariam em situação de maior vulnerabilidade do que os homens. Isso pode ser explicado pelo fato das mulheres, em geral, possuírem realmente vantagem no que tange à Escolaridade, e esse indicador determinar fortemente a pobreza multidimensional em Minas Gerais²⁷. No entanto, faz-se necessário investigar a fundo exatamente quais fatores explicam esse resultado, visto que há toda uma literatura que comprova a existência da desigualdade de gênero no país, no sentido desfavorável às mulheres²⁸. Uma explicação possível seria a própria metodologia de cálculo do IPM neste estudo, que é limitada e não considera inúmeras outras privações possíveis que compartilham os indivíduos.

Analisando a situação dos diferentes subgrupos nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri (Tabela 11), observa-se, da mesma forma, bastante desigualdade entre alguns subgrupos. Em ambas as regiões, como se sabe, a Incidência média da pobreza é maior. Porém, em cada uma das regiões, grupos como Pretos e Crianças (até 14 anos), apresentam proporção de indivíduos pobres muito superior à Incidência média no estado e à Incidência média em cada uma das Regiões.

²⁷ “A maior escolaridade feminina é um resultado encontrado na maioria dos países da OECD e o caso brasileiro não foge à regra” (IBGE, 2012, p.119).

²⁸ Conferir, por exemplo, artigo “Gênero e Pobreza: Impacto e determinantes da pobreza no feminino”. Disponível em: http://195.23.38.178/conciliar/files/conciliar-ESTUDO_Pobreza_12OUT.pdf. Acesso: 13/07/2013.

Tabela 11 - Incidência, Intensidade e Índice de Pobreza Multidimensional por Raça, Faixa Etária e Sexo dos indivíduos, Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, MG, 2011

Norte				Jequitinhonha/Mucuri			
Raça	Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM	Raça	Incidência (H)	Intensidade (A)	IPM
Branca	17.22%	37.97%	0.0654	Branca	24.20%	39.81%	0.0963
Preta	32.33%	40.50%	0.1310	Preta	34.50%	39.11%	0.1349
Parda	26.01%	38.41%	0.0999	Parda	23.49%	37.59%	0.0883
Outras	7.10%	58.26%	0.0413	Outras	42.32%	36.48%	0.1544
Faixa Etária				Faixa Etária			
Até 14 anos	27.04%	38.17%	0.1032	Até 14 anos	25.91%	37.93%	0.0983
15 - 29 anos	14.28%	37.28%	0.0532	15 - 29 anos	17.17%	37.07%	0.0636
30 - 60 anos	22.91%	38.05%	0.0872	30 - 60 anos	24.07%	38.74%	0.0933
61 anos ou +	47.31%	41.39%	0.1958	61 anos ou +	44.65%	40.15%	0.1792
Sexo				Sexo			
Homem	23.84%	38.49%	0.0918	Homem	26.79%	38.51%	0.1032
Mulher	24.43%	38.80%	0.0948	Mulher	23.90%	38.56%	0.0922
Média da Região	24.14%	38.65%	0.0933		25.29%	38.53%	0.0975

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Enquanto 17,22% e 24,20% de Brancos nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri estão em domicílios pobres multidimensionalmente, frente a 12,81% de Brancos pobres em média no estado, 32,33% e 34,50% dos Pretos residentes nessas regiões, respectivamente, são pobres, frente a 18,61% no estado. Ou seja, a desigualdade entre Brancos e Pretos nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri é maior do que a desigualdade média do estado.

Outro aspecto de destaque, é que nas Regiões de interesse a proporção de crianças (até 14 anos) em situação de pobreza multidimensional é superior à Incidência média da pobreza nessas regiões – o que não ocorre no estado como um todo. São 27,04% e 25,91% de crianças em domicílios pobres nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, sendo que a Incidência da pobreza nessas regiões é de, respectivamente, 24,14% e 25,29%. Além disso, ressalta-se que a proporção de crianças pobres nas regiões é muito superior à proporção média no estado, onde existem, em média, 14,80% de crianças em situação de pobreza.

Outro aspecto que chama atenção é a Incidência da pobreza, na Região Jequitinhonha/Mucuri, entre os indivíduos inseridos na categoria “Outras”, em Raça. A proporção de indivíduos pobres dessa categoria é muito superior à proporção média da pobreza na região, à proporção média da pobreza no estado e à proporção de indivíduos pobres dessa categoria no estado. Nesse sentido, vale a pena conferir com mais cuidado, a posteriori, as condições de vida de

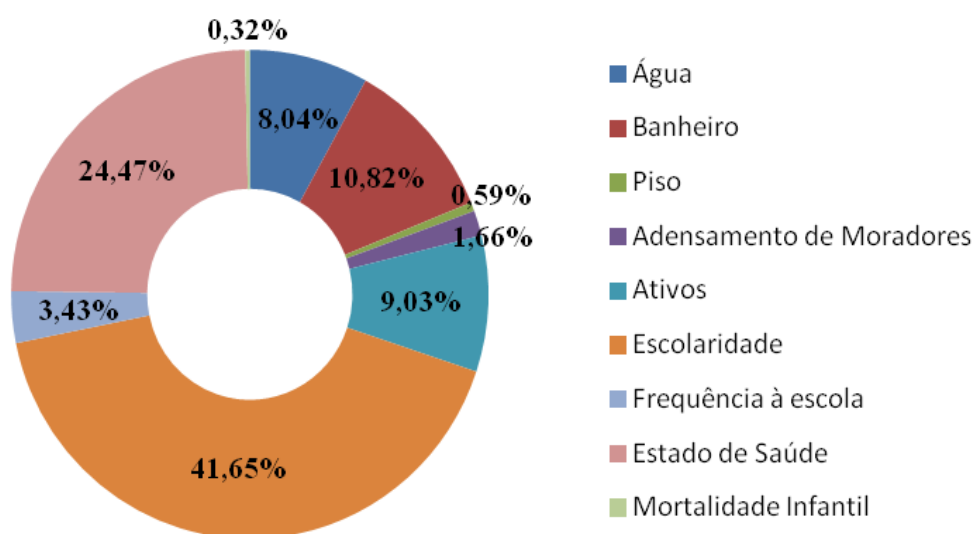
Amarelos e/ou Indígenas residentes no Jequitinhonha/Mucuri. Por fim, quanto a esses mesmos indivíduos na Região Norte, observa-se também um valor destoante referente à Intensidade da pobreza. Indígenas e/ou Amarelos pobres no Norte de Minas são privados em 58,26% dos indicadores considerados no cálculo do IPM para Minas Gerais. Também se faz necessário um olhar mais atento a esses grupos, portanto, na Região de Planejamento Norte.

5.2.5 Decomposição do Índice de Pobreza Multidimensional por contribuição relativa dos indicadores

Uma das características importantes do IPM é justamente a possibilidade do índice ser decomposto. Isso torna possível a análise da contribuição relativa de cada indicador na composição da pobreza multidimensional – em termos de incidência e intensidade, ao mesmo tempo – e permite a identificação, portanto, de quais indicadores contribuem mais fortemente para a pobreza em cada localidade para a qual o índice é calculado. Com esses dados em mãos, aumenta-se a possibilidade dos formuladores de políticas desenharem políticas públicas mais efetivas, que contribuam para a superação das privações que mais colaboram para as situações de pobreza da população.

Sendo assim, torna-se importante a análise do Gráfico 2, que apresenta a contribuição dos nove indicadores selecionados na composição do IPM de Minas Gerais, para que identifiquemos melhor as consequências do diagnóstico da pobreza gerado pelo índice para as políticas públicas no estado.

Gráfico 2 - Contribuição relativa de cada indicador para o IPM, MG, 2011



Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Nota-se, por meio do Gráfico, que a privação em Escolaridade é a que contribui mais fortemente para o IPM no estado, com contribuição relativa de 41,65% na composição do índice. Assim, acrescentando a privação Frequência à escola, a dimensão Educação responde por cerca de 45%, quase metade, da pobreza multidimensional do estado. Considerando a importância dessa dimensão na composição da situação de pobreza da população, quando levamos ainda em consideração as externalidades positivas geradas pela educação – como melhor possibilidade de colocação no mercado de trabalho, possibilidades de exercício efetivo da cidadania, melhora nos níveis de saúde na família (incluindo até a redução de mortalidade infantil) entre outras – chegamos ao imperativo de desenvolver a atuação governamental no sentido de superar as privações em educação.

Em seguida, Estado de Saúde representa 24,47% do índice. Isso indica que para reduzir a pobreza multidimensional no estado é imperativo também melhorar a autopercepção de saúde da população, o que pode ser feito com a melhora efetiva do sistema de saúde e das condições de saúde da população. A dimensão Padrão de Vida, por meio dos indicadores Banheiro, Água e Ativos, contribui com cerca de 30% do IPM do estado. Destaca-se o fato de que problemas tão básicos como falta de banheiros adequados no domicílio e dificuldade no acesso a água de qualidade ainda afetam fortemente a população mineira.

Importa, agora, identificar se há diferenças significativas entre as regiões do estado no que tange à contribuição de cada um dos indicadores para a composição do IPM em cada uma das regiões. A Tabela 12, abaixo, pode apontar se determinado indicador contribui mais, relativamente, para a composição do Índice de Pobreza Multidimensional para dada Região de Planejamento do que, comparativamente, contribui para o IPM do estado. Essa informação é importante para entender como empreender políticas públicas distintas e territorializadas para combater privações mais presentes, relativamente, em cada região.

Tabela 11 - Contribuição relativa de cada privação para o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Padrão de Vida					Educação		Saúde	
	Água	Banheiro	Piso	Adensamento de Moradores	Ativos	Escolaridade	Frequência à escola	Estado de Saúde	Mortalidade
Norte	8.36%	15.41%	1.66%	2.27%	12.13%	36.66%	5.23%	17.66%	0.61%
Rio Doce	8.59%	9.29%	0.35%	1.91%	9.59%	41.19%	4.58%	24.51%	0.00%
Zona da mata	9.53%	12.33%	1.14%	1.57%	11.00%	40.64%	0.84%	22.78%	0.17%
Noroeste	7.88%	11.78%	1.24%	2.29%	8.67%	35.65%	4.49%	27.85%	0.15%
Central	8.34%	11.44%	0.43%	1.21%	10.00%	40.92%	3.05%	24.35%	0.26%
Sul	10.72%	11.21%	0.00%	1.03%	6.30%	44.72%	1.54%	24.42%	0.05%
Triângulo	6.22%	7.62%	0.28%	2.36%	5.86%	44.29%	4.21%	29.16%	0.00%
Alto Paranaíba	10.47%	11.25%	0.04%	0.61%	5.75%	42.71%	1.36%	27.40%	0.41%
Centro Oeste	7.06%	8.18%	0.04%	0.45%	5.42%	43.96%	3.04%	31.36%	0.49%
Jequitinhonha/Mucuri	9.75%	11.47%	0.92%	1.76%	13.36%	39.83%	4.51%	17.15%	1.27%
RMBH	2.60%	6.66%	0.01%	2.10%	6.76%	45.37%	4.95%	31.36%	0.19%
Minas Gerais	8.04%	10.82%	0.59%	1.66%	9.03%	41.65%	3.43%	24.47%	0.32%

Fonte: PAD, 2011. Elaboração própria.

Mantendo o foco nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, com os dados apresentados observa-se que, assim como em Minas Gerais, a privação que mais fortemente contribui para a situação de pobreza multidimensional em ambas as regiões é a baixa escolaridade dos indivíduos adultos. Em segundo lugar, acompanhando também a realidade do estado, o estado de saúde, considerado regular, ruim ou muito ruim, é o que mais contribui para o IPM das regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Na região Norte, observa-se em terceiro lugar na contribuição para a pobreza multidimensional o indicador Banheiro – que determina mais fortemente o IPM da região do que o mesmo indicador no IPM de Minas Gerais. No Norte de Minas, a privação quanto a Banheiro representa 15,41% do IPM da região, enquanto que essa privação representa somente cerca de 10% do IPM estadual. Na região Jequitinhonha/Mucuri, diferentemente, a terceira privação que mais contribui para o IPM da região é o que trata da

posse de Ativos, seguida, só então, da privação relativa à existência de sanitário adequado nos domicílios.

No entanto, observa-se que, de qualquer maneira, faz-se necessário combater a pobreza no Norte e Jequitinhonha/Mucuri levando-se em consideração a dimensão Padrão de Vida como um todo, visto que em ambas as regiões a dimensão representa quase 40% da pobreza multidimensional, valor sensivelmente superior aos 30% que a dimensão representa na pobreza do estado como um todo. A superioridade da contribuição das privações referentes a Padrão de Vida se justifica também pela maior gravidade das privações em Água, Piso e Adensamento de Moradores nas regiões se comparado à contribuição média dessas privações à pobreza multidimensional em todo o estado.

Fica evidente, ainda, que o problema relativo a crianças não frequentarem a escola no Norte e Jequitinhonha/Mucuri é mais sintomático do que nas demais regiões de planejamento do estado. Enquanto a contribuição média dessa privação no IPM do estado é de 3,43%, no Norte é de 5,23% e no Jequitinhonha/Mucuri de 4,51%. Os valores das duas regiões são superiores à contribuição do indicador Frequência à escola nas demais regiões. Por fim, observa-se a especificidade das regiões no que tange também à Mortalidade na Infância – na região Jequitinhonha/Mucuri a contribuição relativa da privação chega a quatro vezes a contribuição média no estado. Esse dado é importante porque, ainda que os dados utilizados neste trabalho para indicar Mortalidade na Infância sejam bastante limitados, fica claro que essa privação deve ser tratada com mais cuidado nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri.

6. POBREZA MONETÁRIA X POBREZA MULTIDIMENSIONAL

6.1 Incidência e Intensidade da pobreza medida pela renda – contraste com os resultados da pobreza multidimensional

Um aspecto relevante no que tange às formas de mensurar a pobreza, conforme largamente discutido no segundo capítulo, refere-se à mensuração unidimensional da pobreza, pautada basicamente na renda dos indivíduos. Esta seção, portanto, trata da mensuração da pobreza monetária no estado de Minas Gerais, definida por meio de diferentes linhas de pobreza. Discutir-se-á as principais diferenças encontradas entre a mensuração pautada na renda dos indivíduos e a mensuração realizada por meio do Índice de Pobreza Multidimensional, bem como as implicações dessas divergências para a compreensão da pobreza bem como para a atuação governamental. Importa lembrar que o IPM é um índice mais voltado à identificação da pobreza severa e, por isso, em geral é contrastado com a medida de indigência do Banco Mundial, que será apresentada juntamente com outras medidas a seguir.

As linhas de pobreza e indigência mais utilizadas no país, inclusive para a incorporação de indivíduos nos mais diversos programas sociais, são as que estabelecem o limite de renda familiar per capita de R\$140,00 mensais para os pobres e R\$70,00 mensais para os extremamente pobres. Sendo assim, são considerados pobres e indigentes os que estão abaixo das referidas linhas. No entanto, há outras definições também muito recorrentes na identificação de pobres e não pobres. O Banco Mundial, por exemplo, atualmente considera indigentes aqueles cuja renda é inferior a 1,25dólar/dia e pobres aqueles cuja renda é inferior a 2dólares/dia. A existência de inúmeras possibilidades para a definição de linhas de pobreza (e também de concepções mais amplas), e os diferentes impactos para a classificação dos pobres e não pobres, segundo Lena Lavinas (2009, p.3), só destaca “o grau de arbitrariedade implícito na definição do que é ser pobre”, arbitrariedade essa bastante discutida pela literatura (tema explorado no Capítulo 2).

Sendo assim, apresenta-se abaixo na Tabela 13 a incidência da pobreza monetária na população de Minas Gerais e na população das Regiões de Planejamento do estado²⁹, segundo

²⁹ A renda domiciliar per capita foi calculada a partir da soma de todos os rendimentos do domicílio, incluindo os possíveis benefícios governamentais recebidos pelo domicílio e sendo excluídos os valores recebidos em doações, mesadas, contas pagas e alimentos.

a linha de pobreza e de indigência mais recorrente no Brasil e aquelas utilizadas pelo Banco Mundial³⁰.

Tabela 12 - Incidência da pobreza e indigência segundo diferentes linhas de pobreza monetária, por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Linha de pobreza e indigência Nacional		Linha de pobreza e indigência Banco Mundial	
	Pessoas com renda domiciliar per capita < \$140,00	Pessoas com renda domiciliar per capita < \$70,00	Pessoas com renda domiciliar per capita < U\$37,50 ¹	Pessoas com renda domiciliar per capita < U\$60,00 ¹
Norte	25.74%	11.24%	12.16%	22.54%
Rio Doce	16.96%	9.81%	9.86%	14.43%
Zona da mata	19.01%	10.67%	12.26%	17.40%
Noroeste	17.43%	9.47%	10.08%	15.40%
Central	15.48%	6.84%	7.42%	13.80%
Sul	9.52%	4.70%	5.05%	8.15%
Triângulo	17.33%	14.12%	14.21%	16.05%
Alto Paranaíba	12.64%	9.01%	9.29%	11.22%
Centro Oeste	10.49%	5.68%	6.12%	8.77%
Jequitinhonha/Mucuri	26.75%	13.69%	14.81%	23.00%
RMBH	13.46%	9.66%	9.99%	12.75%
Total	15.92%	9.26%	9.82%	14.25%

1. Considerou-se, para fins de cálculo, a cotação do dólar do dia 15 de junho de 2013, de R\$2,148.
Fonte: PAD 2011. Elaboração Própria.

Conforme demonstra a Tabela acima, diferentes quantidades de indivíduos pobres são encontradas a depender da linha de pobreza utilizada. Em consonância com a incidência da Pobreza Multidimensional (H), observa-se maior quantidade de pobres nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri. Enquanto 15,92% da população mineira é pobre, segundo as linhas de pobreza e indigência nacional, no Norte e Jequitinhonha/Mucuri esses contingentes é de 25,74% e 26,75% respectivamente. No entanto, quando olhamos para as linhas de indigência, nacional e do Banco Mundial, as regiões Triângulo e Zona da Mata também aparecem entre as com maior número de pessoas em situação de indigência. A menor desigualdade regional observada com relação às linhas de indigência pode se relacionar com políticas de transferência de renda que conseguem minimizar as situações de pobreza extrema

³⁰ O Banco Mundial não se refere à renda do domicílio ou da família per capita, mas sim à renda individual. Porém, para fins de cálculo e comparação, tentou-se uma aproximação da renda individual à renda domiciliar per capita. Considerou-se pobres e/ou indigentes, portanto, segundo as linhas de pobreza e indigência do Banco Mundial, aqueles indivíduos cuja renda domiciliar mensal per capita é inferior a U\$60dólares (U\$2x30dias) ou inferior a U\$37,50 dólares (U\$1,25x30dias), respectivamente.

nas regiões mais pobres do estado. Quando olhamos para as linhas de pobreza, porém, essa desigualdade se apresenta mais forte, despontando as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri como aquelas com maior incidência da pobreza. A partir disso nota-se, então, que as desigualdades regionais em Minas Gerais se apresentam tanto com relação à pobreza multidimensional, conforme visto em seções anteriores, quanto com relação à pobreza monetária.

A Tabela 14 exemplifica, ainda, que diferentes definições de pobreza também produzem resultados distintos quanto à identificação dos indivíduos pobres. A título de exemplo, contrasta-se a linha de pobreza nacional com a incidência da pobreza multidimensional encontrada segundo metodologia do IPM.

Tabela 134 - Incidência da pobreza segundo renda domiciliar per capita inferior a R\$140 e pobreza multidimensional (H), MG, 2011

Região de Planejamento	Pessoas com renda domiciliar per capita < R\$140,00	Pessoas pobres multidimensionalmente (H)
Norte	25.74%	24.14%
Rio Doce	16.96%	17.46%
Zona da mata	19.01%	17.87%
Noroeste	17.43%	20.95%
Central	15.48%	16.08%
Sul	9.52%	14.89%
Triângulo	17.33%	11.80%
Alto Paranaíba	12.64%	15.94%
Centro Oeste	10.49%	13.77%
Jequitinhonha/Mucuri	26.75%	25.29%
RMBH	13.46%	8.50%
Total	15.92%	15.14%

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Segundo a métrica multidimensional, a terceira Região de Planejamento com maior incidência da pobreza é a Noroeste, inclusive com diferença não estatisticamente significativa em relação às regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Segundo o corte da renda domiciliar per capita de R\$140,00, no entanto, a Zona da Mata é a que aparece em terceiro lugar em incidência da pobreza no estado. Além disso, outras regiões com relativamente baixa pobreza multidimensional, como o Triângulo, apresentam relativamente alta incidência da pobreza identificada pela renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00 e algumas como Sul, Alto

Paranaíba e Centro Oeste, ao contrário, apresentam maior incidência da pobreza multidimensional do que da pobreza monetária. A Tabela 14 é útil, ainda, para o apontamento das divergências inerentes entre as diferentes formas de identificação dos pobres³¹.

Outra questão que emerge dessa discussão é de que maneira a intensidade e a profundidade da pobreza se apresentam nas Regiões de Planejamento a depender da mensuração utilizada. Nesse sentido, uma possibilidade de mensurar a profundidade da pobreza monetária, com o objetivo de observar esse dado juntamente com a intensidade da pobreza multidimensional (A) nas Regiões, é calcular o hiato entre a renda do indivíduo monetariamente pobre e a linha de pobreza e identificar a porcentagem que o hiato representa no valor definido por essa linha. Ou seja, isso quer dizer que:

$$\text{Profundidade da Pobreza Monetária} = \frac{\text{Valor da linha de pobreza} - \text{Renda per capita}}{\text{Valor da linha de pobreza}} \times 100$$

Segundo esse cálculo, portanto, quanto maior for a porcentagem que o hiato representar do valor estabelecido como limite de pobreza, maior será a profundidade da pobreza monetária.

Por meio da Tabela 15, abaixo, observamos a Profundidade e a Intensidade da pobreza nas Regiões de Planejamento do estado conforme as medidas monetárias e multidimensional aqui consideradas até o momento³².

Tabela 145 - Intensidade da pobreza monetária segundo diferentes linhas de pobreza e a Intensidade da Pobreza Multidimensional, por Região de Planejamento, MG, 2011

Região de Planejamento	Profundidade Linha R\$70	Profundidade Linha R\$140	Profundidade Linha U\$37,5	Profundidade Linha U\$60	Intensidade (A) Medida IPM
Norte	66.01%	33.00%	57.36%	35.85%	38.65%
Rio Doce	83.65%	41.82%	72.69%	45.43%	37.48%
Zona da mata	81.35%	40.68%	70.70%	44.19%	36.53%
Noroeste	74.08%	37.04%	64.38%	40.24%	38.59%
Central	74.99%	37.49%	65.17%	40.73%	37.33%
Sul	85.26%	42.63%	74.09%	46.31%	35.17%
Triângulo	94.18%	47.09%	81.85%	51.16%	35.33%
Alto Paranaíba	89.86%	44.93%	78.09%	48.80%	35.41%
Centro Oeste	77.73%	38.86%	67.55%	42.22%	37.03%
Jequitinhonha/Mucuri	58.73%	29.37%	51.04%	31.90%	38.53%
RMBH	89.68%	44.84%	77.93%	48.71%	35.65%
Total	81.80%	40.90%	71.08%	44.43%	36.82%

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

³¹ É bom lembrar que essa tabela não deve ser analisada segundo os números absolutos encontrados. A metodologia para a obtenção dos mesmos varia de acordo com cada concepção. Sendo assim, a tabela só ressalta que a magnitude da pobreza é maior ou menor em cada região dependendo da métrica utilizada.

³² Mesma observação da nota 24.

É possível observar em cada métrica quais Regiões de Planejamento apresentam uma pobreza mais profunda relativamente às outras (os quatro maiores valores de intensidade da pobreza estão destacados em negrito na tabela acima).

Fica evidente que as medidas unidimensionais da pobreza indicam maior intensidade do fenômeno em regiões distintas daquelas apontadas pela medida multidimensional. A Intensidade conforme metodologia do IPM indica que as regiões Norte de Minas, Noroeste, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce são aquelas em que os indivíduos pobres compartilham em média uma pobreza mais intensa. As linhas de pobreza monetária, entretanto, apontam que as regiões Triângulo, Alto Paranaíba, RMBH e Sul, respectivamente, é que são as regiões mais intensamente pobres, o que significa que a distância da renda dos indivíduos extremamente pobres e pobres às linhas de indigência e pobreza é maior.

As divergências encontradas entre as diferentes formas de medição da pobreza não sugerem que uma métrica é mais adequada do que a outra. Ao contrário, devem servir conjuntamente de fonte de informação para a elaboração de políticas mais adequadas por parte do poder público. No que tange à incidência e a intensidade da pobreza, o governo pode identificar os locais onde há maior número de domicílios multidimensionalmente pobres e onde essa pobreza é mais intensa, onde a incidência da pobreza monetária é mais significativa e em quais regiões essa insuficiência de renda é mais severa. Essa complementaridade das medidas é essencial, visto que nenhuma delas, por si só, é suficiente para captar todos os âmbitos do fenômeno pobreza. Embora medidas mais multidimensionais possam abarcar maior número de aspectos, o IPM, por exemplo, não contempla ainda inúmeras privações que vivem os indivíduos pobres e que, algumas delas, podem ser superadas em parte pela posse de uma renda suficiente – daí a medida unidimensional ser útil para complementar o IPM. Muitos outros aspectos, ainda, certamente ficarão de fora mesmo com a utilização das duas medidas – e por isso a necessidade de se desenvolver outras formas de mensuração mais sofisticadas e completas, para complementar as já existentes.

Por meio das informações constantes nas Tabelas 13, 14 e 15, portanto, os governos têm mais chance de tomar decisões e medidas mais acertadas conforme as características específicas de cada localidade. Em outras palavras, torna-se mais fácil identificar em que regiões as políticas devem ser mais multidimensionais, para aliviar a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional, e onde as políticas devem ser mais focadas na redução da pobreza

monetária, uma vez que possivelmente os indivíduos e domicílios dessas localidades conseguem acessar serviços que permitem que não sofram de outros tipos de privação.

6.2. Diferentes domicílios pobres – critério monetário e multidimensional

Tendo visto superficialmente os diferentes valores de Incidência e Intensidade da pobreza conforme as medidas unidimensionais e a medida multidimensional, cabe apresentar uma questão de suma importância levantada por Alkire e Santos (2010):

Em que medida são os mesmos domicílios os identificados como pobres utilizando-se duas diferentes formas de mensuração e em que medida essas diferentes formas identificam domicílios completamente diferentes como pobres? (Tradução própria)

Um exercício interessante proposto pelas autoras no sentido de responder a questão é identificar quais os domicílios são considerados pobres segundo critérios monetários e comparar com aqueles domicílios considerados multidimensionalmente pobres ou não. Se a renda e o IPM fossem perfeitamente correlacionados, a incidência da pobreza segundo ambos os critérios iria coincidir e, portanto, os mesmos domicílios seriam identificados como pobres e não pobres. No entanto, observa-se na Tabela 16 a seguir que para todas as linhas de pobreza utilizadas, obtemos diferenças significativas na identificação dos indivíduos pobres.

Tabela 15 - Pobreza monetária x Pobreza Multidimensional em Minas Gerais, MG, 2011

(A) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios multidimensionais e/ou renda domiciliar per capita inferior a R\$140

Pobreza Multidimensional (k>30)	Renda Domiciliar Per Capita <R\$140,00		Total
	Não pobre	Pobre	
Não Pobre	72.31%	12.55%	84.86%
Pobre	11.78%	3.36%	15.14%
Total	84.08%	15.92%	100%

(B) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios multidimensionais e/ou renda domiciliar per capita inferior a R\$70

Pobreza Multidimensional (k>30)	Renda Domiciliar Per Capita <R\$70,00		Total
	Não pobre	Pobre	
Não Pobre	77.35%	7.51%	84.86%
Pobre	13.39%	1.75%	15.14%
Total	90.74%	9.26%	100%

(C) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a U\$1,25/dia

Pobreza Multidimensional (k>30)	Renda Domiciliar Per Capita <U\$37,50		Total
	Não pobre	Pobre	
Não Pobre	76.91%	7.95%	84.86%
Pobre	13.28%	1.86%	15.14%
Total	90.18%	9.82%	100%

(D) Indivíduos com domicílio privado segundo critérios IPM e/ou renda inferior a U\$2/dia

Pobreza Multidimensional (k>30)	Renda Domiciliar Per Capita <U\$60,00		Total
	Não pobre	Pobre	
Não Pobre	73.56%	11.30%	84.86%
Pobre	12.19%	2.95%	15.14%
Total	85.75%	14.25%	100%

Fonte: PAD 2011. Elaboração própria.

Por meio do cruzamento dos indivíduos pobres e não pobres segundo os dois critérios – de renda e o multidimensional, é possível combinar os domicílios em quatro subgrupos, quais sejam: 1. Não Pobres pelo critério de renda e Não Pobres multidimensionalmente; 2. Não pobres pelo critério de renda e Pobres multidimensionalmente; 3. Pobres pelo critério de renda e Não pobres multidimensionalmente e 4. Pobres pela renda e Pobres multidimensionalmente.

Alkire e Santos (2010) argumentam que as categorias 2 (Não Pobres pela renda e Pobres multidimensionalmente) e 3 (Pobres pela renda e Não Pobres multidimensionalmente) correspondem a erros do Tipo II (exclusão) e do Tipo I (inclusão), respectivamente. Parte-se da ideia de que se o indicador renda é usado como *proxy* para identificar indivíduos pobres multidimensionalmente, a diferença entre essa medida e o IPM corresponde à exclusão de pessoas multidimensionalmente pobres, que deixaram de ser consideradas (erro Tipo II), ou à inclusão de pessoas que não são multidimensionalmente pobres (erro Tipo I).

Em todas as tabelas apresentadas acima, observa-se que a magnitude dos erros Tipo I e Tipo II é significativa. A maior parte, inclusive, dos indivíduos considerados pobres multidimensionalmente não são considerados pobres segundo critério da renda, assim como, da mesma forma, a maior parte dos considerados pobres pela renda não o são pelo critério multidimensional. Destaca-se que utilizando a linha de pobreza nacional (<R\$140,00) se observa maior porcentagem de indivíduos pobres pela renda e não pobres pelo IPM do que indivíduos pobres pelo IPM e não pobres pela renda. Por outro lado, utilizando-se a linha de pobreza do Banco Mundial (<US\$60,00) e as duas diferentes linhas de indigência, observa-se maior ocorrência do erro Tipo II, de exclusão dos pobres multidimensionais pelo critério da renda, do que erro Tipo I, de inclusão de indivíduos não pobres multidimensionalmente entre os indivíduos pobres pela renda. Isso pode se justificar pelo fato do IPM ser mais direcionado a identificar os indivíduos extremamente pobres. Nesse sentido, é mais adequado compará-lo às medidas monetárias de indigência e à medida mais restrita do Banco Mundial. Ao realizar a comparação, observamos que o índice multidimensional consegue identificar mais indivíduos em situação de pobreza extrema do que os critérios de renda. Justamente por isso, talvez seja o IPM uma medida mais completa para analisar esse tipo de pobreza do que as linhas de indigência.

Alkire e Santos (2010), quando da comparação entre os indivíduos considerados pobres pelos critérios de renda³³ e do IPM em 18 países com diferentes níveis de desenvolvimento, concluíram que o erro de exclusão (porcentagem de indivíduos não pobres pela renda, mas pobres pelo IPM) é maior em países mais pobres, enquanto o erro de inclusão (porcentagem de pessoas pobres pela renda e não pobres pelo IPM) é maior para países menos pobres. Isso pode acontecer, segundo as autoras, em parte porque o critério da renda não considera o acesso a serviços básicos – o que inclui pessoas que têm acesso a esses serviços, nos países relativamente mais desenvolvidos, entre os indivíduos pobres somente porque possuem baixa renda.

Com base nisso, levanta-se a hipótese de que essa seja a explicação da inclusão de tantos indivíduos não pobres multidimensionalmente entre os considerados pobres pelas linhas de pobreza e indigência em Minas Gerais. Os indivíduos pobres segundo as duas linhas de pobreza e indigência possivelmente acessam uma série de serviços e benefícios fornecidos pelo Estado e por isso não são privados multidimensionalmente segundo os indicadores considerados neste trabalho para o cálculo do IPM.

Por outro lado, a significativa presença de erros Tipo II, de exclusão de indivíduos pobres multidimensionalmente pelo critério da renda, pode ser explicada, supostamente, pelas limitações das políticas públicas nacionais e estaduais. Grande parte das políticas sociais leva em consideração somente a renda para a elegibilidade dos indivíduos e domicílios nas políticas sociais. Sendo assim, indivíduos não considerados pobres segundo as limitadas linhas de pobreza/indigência existentes podem ser pobres multidimensionalmente por não conseguirem acessar efetivamente bens e serviços públicos que os tirariam da situação de pobreza efetiva, multidimensional, que vivem. Assumidamente, tais conclusões são indicativos hipotéticos, mas que não deixam de merecer posterior averiguação.

³³ As autoras utilizam a linha de indigência do Banco Mundial para tal estudo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, pertencentes ao estado de Minas Gerais, destacam-se pelo baixo nível de desenvolvimento socioeconômico, que se reflete em baixa participação do PIB do estado, baixa renda *per capita* e problemas observados por meio de indicadores sociais, como escolaridade e saúde. Por outro lado, Minas Gerais conta com Regiões bastante desenvolvidas, com indicadores semelhantes às regiões mais desenvolvidas do país. Essa realidade de desigualdade regional instiga a produção de estudos mais aprofundados acerca das Regiões do estado em piores condições econômicas e sociais. Sendo assim, o presente trabalho se debruçou a entender melhor as situações de pobreza e vulnerabilidade da população nas Regiões de Planejamento do estado, buscando caracterizar essas situações.

A fim de operacionalizar uma análise das condições de pobreza nas regiões de interesse, assume-se, em primeiro lugar, que existem distintas formas de conceituar o fenômeno da pobreza. Essas formas, por sua vez, influenciam necessariamente na identificação de quem são os sujeitos pobres e conseqüentemente na forma de solução do problema. Embora a concepção mais recorrente na literatura e também no âmbito governamental seja a concepção monetária, por meio da qual são pobres os indivíduos que possuem baixa renda e estão abaixo de linhas convencionadas de pobreza, conclui-se que concepções de caráter multidimensional são mais adequadas para compreensão do fenômeno e podem ser úteis no desenvolvimento de métricas que consigam captar melhor a complexidade da pobreza.

O enfoque unidimensional e monetário não inclui outras dimensões da vida das pessoas que são essenciais para entender o problema da pobreza e para desenvolver formas para sua superação. Além disso, indivíduos que possuem a mesma renda em geral auferem diferentes níveis de bem-estar, uma vez que estão inseridos em contextos distintos, cujos aspectos como características pessoais, rede de proteção social governamental e diversidade ambiental são distintos e determinam diferentemente o bem-estar dos indivíduos. Por outro lado, os enfoques multidimensionais, embora na teoria considerem uma série de dimensões que influem diretamente nas condições de vida das pessoas, e por isso sejam considerados mais adequados, enfrentam dificuldades no que tange à operacionalização.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nesse sentido, tem se empenhado desde a década de 90 em apresentar medidas que se estendem para além dos

rendimentos dos indivíduos. A partir de 2010, o órgão começa a utilizar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), criado por Alkire e Foster (2007), que visa mensurar a pobreza severa em complementaridade à medida monetária de pobreza extrema utilizada pelo Banco Mundial.

Após a utilização do IPM, observou-se que o índice é bastante limitado e focado principalmente na medição da pobreza severa, que significa as carências e privações mais graves que enfrentam simultaneamente as pessoas. Além disso, não inclui entre suas dimensões e indicadores aspectos menos tangíveis da pobreza, como baixa autoestima e relações sociais frágeis, por exemplo. Porém, de outro lado, o Índice permite a identificação de privações sobrepostas das famílias, e é importante por apontar o número médio de privações que compartilham essas famílias (a intensidade da pobreza). Sendo assim, por meio da Pesquisa por Amostra de Domicílio de 2011, a operacionalização do IPM para o estado de Minas Gerais, observando com mais cuidado as informações levantadas para as Regiões de Planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, permitiu a obtenção de uma série de resultados úteis.

O cálculo do IPM para Minas Gerais indicou que 15,14% da população do estado reside em domicílios pobres multidimensionalmente, o que é um valor considerável visto que o IPM indica somente os pobres em situação de pobreza severa. Além disso, observou-se que a Intensidade média da pobreza, compartilhada pelos indivíduos cujos domicílios são pobres, é de 36.82%.

Por meio do cálculo do IPM, confirmou-se que a população do Norte de Minas e de Jequitinhonha/Mucuri se encontra em situação desfavorável se comparado à população das demais regiões do estado. Ambas as regiões apresentam maior número de domicílios com privação nos indicadores Água Limpa para Consumo, Sanitário Adequado, Piso, Adensamento Excessivo no Domicílio, Ativos, Frequência à Escola e Mortalidade da Última Criança Nascida Viva. Com relação a Anos de Escolaridade, ambas as Regiões também apresentam média de domicílios privados muito superior à média do estado. Da mesma forma, no que tange a Incidência da pobreza (*headcount ratio*), Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri são as Regiões de Planejamento que apresentam maior número de domicílios em situação de pobreza multidimensional, seguidas da Região Noroeste. Outro resultado interessante, porém não esperado, diz respeito à Intensidade da pobreza

multidimensional. Observa-se que, em Minas Gerais, a Intensidade da pobreza multidimensional é em média similar em todas as Regiões de Planejamento. As diferenças relativas à Incidência da pobreza, porém, já fazem com que o Índice Ajustado de Pobreza Multidimensional, o IPM, seja diverso entre as Regiões de Planejamento. Aponta-se novamente o destaque das regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado como aquelas com pior situação no que tange à pobreza. A região Noroeste, da mesma forma, se destaca em seguida, a ponto de não haver diferença estatisticamente significativa entre o IPM das regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste. Nessas três regiões, observou-se um IPM próximo de 0,1, valor bem superior ao IPM do estado como um todo (0,0557) e superior também ao índice das demais regiões – o que reafirma a desigualdade existente entre as Regiões de Planejamento do estado.

Por meio do cálculo do IPM, ainda, é possível identificar a incidência da pobreza por subgrupos populacionais. No estado, em média, observou-se que a Incidência da pobreza multidimensional é significativamente maior, relativamente, entre os indivíduos dos subgrupos Pretos, Pardos e Idosos. Nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, especificamente, observou-se também incidência relativamente maior à incidência no estado entre as Crianças (até 14 anos). Essa possibilidade de observar a incidência e intensidade da pobreza por subgrupos populacionais constitui-se ferramenta importante, portanto, para a atuação governamental, que pode se orientar aos grupos mais vulneráveis visando equipá-los em termos de bem-estar aos demais grupos da sociedade.

Quando foi decomposto o IPM para se compreender a contribuição relativa dos indicadores na composição do valor do índice em Minas Gerais, observou-se que a privação em Anos de Escolaridade é a que contribui mais fortemente para o IPM no estado, com contribuição relativa de 41,65% na composição do índice. Em seguida, Estado de Saúde representa 24,47% do índice. A dimensão Padrão de Vida, por meio dos indicadores Banheiro, Água e Ativos, contribui com cerca de 30% do IPM do estado. Destaca-se o fato de que problemas tão básicos como falta de banheiros adequados no domicílio e dificuldade no acesso a água de qualidade ainda afetam fortemente a população mineira.

Observou-se que se faz necessário combater a pobreza no Norte e Jequitinhonha/Mucuri levando-se em consideração, com maior cuidado, a dimensão Padrão de Vida como um todo, visto que em ambas as regiões a dimensão representa quase 40% da pobreza

multidimensional, valor sensivelmente superior aos 30% que a dimensão representa na pobreza do estado como um todo. No Norte de Minas, por exemplo, mais da metade da população está privada de Banheiro adequado no domicílio. Ficou evidente, ainda, que os problemas relativos a crianças não frequentarem a escola e mortalidade na infância no Norte e Jequitinhonha/Mucuri são mais sintomáticos do que nas demais Regiões de Planejamento do estado. Na região Jequitinhonha/Mucuri, por exemplo, a contribuição relativa da privação Mortalidade da Última Criança Nascida Viva chega a quatro vezes a contribuição média no índice do estado.

Foi possível observar também, por meio do trabalho realizado, que diferentes linhas de pobreza e indigência (por exemplo, do Banco Mundial e do Governo Federal brasileiro) apontam diferentes quantidades de indivíduos pobres. Mas, ainda, em consonância com a incidência da Pobreza Multidimensional (H), observa-se maior quantidade de pobres nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, para todas as linhas.

Da mesma forma, diferentes concepções de pobreza (unidimensional e multidimensional) produzem distintos resultados quanto à identificação dos indivíduos pobres. Regiões com relativamente baixa pobreza multidimensional apresentam relativamente alta incidência da pobreza identificada pela renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00 e algumas Regiões, ao contrário, apresentam maior incidência da pobreza multidimensional do que da pobreza monetária. A intensidade da pobreza também se altera a depender da mensuração utilizada. Ficou evidente que medidas unidimensionais da pobreza indicam maior intensidade do fenômeno em regiões distintas daquelas apontadas pela medida multidimensional.

Além disso, se a renda e o IPM fossem perfeitamente correlacionados, a incidência da pobreza segundo ambos os critérios iria coincidir e, dessa forma, os mesmos domicílios seriam identificados como pobres e não pobres. No entanto, observou-se que a maior parte dos indivíduos considerados pobres multidimensionalmente não são considerados pobres segundo o critério da renda, assim como, da mesma forma, a maior parte dos considerados pobres pela renda não o são pelo critério multidimensional. Destacou-se que utilizando a linha de pobreza nacional (<R\$140,00) se observa maior porcentagem de indivíduos pobres pela renda e não pobres pelo IPM do que indivíduos pobres pelo IPM e não pobres pela renda. Por outro lado, utilizando-se a linha mais restrita de pobreza do Banco Mundial (<US\$60,00) e as duas linhas de indigência consideradas (Banco Mundial e a utilizada pelo governo federal

brasileiro), observa-se maior ocorrência de exclusão dos pobres multidimensionais pelo critério da renda, do que de inclusão de indivíduos não pobres multidimensionalmente entre os indivíduos pobres pela renda. Sendo assim, encontraram-se mais pobres multidimensionais do que pobres monetariamente. Isso pode se justificar pelo fato do IPM ser mais direcionado a identificar os indivíduos extremamente pobres, o que indica que pode ser mais adequado compará-lo às medidas monetárias de indigência e à medida mais restrita de pobreza do Banco Mundial. Ao realizar essa comparação, observamos que o índice multidimensional consegue identificar mais indivíduos em situação de pobreza extrema do que os critérios de renda. Justamente por isso, talvez seja o IPM uma medida mais completa para analisar a pobreza severa do que as linhas de indigência.

Por fim, com o presente trabalho é possível tirar alguns apontamentos que podem direcionar a atuação governamental no que tange à pobreza no estado de Minas Gerais. Sabe-se que a pobreza possui causas múltiplas, desde fatores macroeconômicos às relações sociais em cada sociedade, assim com efeitos diversos. Assim, embora, sejam várias as ações necessárias para sua redução e combate, um dos aspectos que merece atenção na elaboração das políticas públicas relacionadas ao fenômeno é com relação à tentativa de minorar os efeitos perversos da mesma no bem-estar da população. Nesse sentido, informações como a magnitude da pobreza, sua localização, a concentração em subgrupos populacionais e quais os principais aspectos que contribuem para a caracterização de domicílios/indivíduos como pobres são fundamentais para direcionar as políticas.

Observou-se que as desigualdades regionais em Minas Gerais são significativas e que as políticas públicas, portanto, devem considerar com mais cuidado a pobreza nas Regiões de Planejamento em piores condições, a saber Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Além disso, embora políticas voltadas à Educação sejam necessárias em todo o estado, medidas para melhorar especificamente os aspectos da dimensão Padrão de Vida são fundamentais nessas Regiões. Além disso, é preciso também considerar recortes de Raça e Idade, principalmente, uma vez que Pretos, Pardos e indivíduos classificados como Outras raças, onde se incluem os Amarelos e/ou Indígenas, assim como Idosos, apresentam incidência da pobreza superior à Incidência dos outros grupos e à Incidência média do estado. Da mesma forma, as medidas governamentais precisam considerar que a Incidência da pobreza entre as Crianças é desproporcionalmente maior nas Regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri se comparado ao estado como um todo. As políticas públicas devem se orientar, ainda, pelas informações

oriundas do cálculo do IPM cruzadas com as informações oriundas de medidas unidimensionais (ou monetárias) da pobreza. Com essas informações, utilizadas de forma complementar, se torna possível identificar a necessidade de políticas públicas de caráter multidimensional para determinadas localidades e ou subgrupos populacionais, assim como identificar a necessidade de políticas que “simplesmente” contribuam para a melhoria da renda das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza**. Estudos avançados [online]. 1995, vol.9, n.24, pp.75-116. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a04.pdf>. Acesso: 13/07/2013.

ALKIRE, S., FOSTER, J. E. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. OPHI (Oxford Poverty and Human Development Initiative), Working Paper 7, 2007.

ALKIRE, S., SANTOS, M. E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. OPHI working paper series, n° 38, 2010. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wpcontent/uploads/ophi-wp38.pdf>.

ALKIRE, S., SANTOS, M.E., SETH, S., YALONETZKY, G. **Is the Multidimensional Poverty Index robust to different weights?** OPHI Research in Progress, 2010. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wpcontent/uploads/OPHI-RP-22a.pdf>.

ALMEIDA, Vítor Manuel de. **Gênero e Pobreza: Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino**. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n. 21, 2010. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 15/07/2013

ALSOP, Ruth. **Empowerment: if it matters, how do we measure it?** Conference Paper. International Conference: The many dimensions of poverty. Brasília, 2005.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. **Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia**. In: II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Texto para discussão n° 1227, IPEA, 2006.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo**. Planejamento e Políticas Públicas. n.35, p.120-159, jul-dez, 2010.

BRONZO, Carla. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. Tese (Doutorado), FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, dezembro de 2005.

FEITAL, Thales J. **Regressão Logística aplicada a Dados Amostrais Complexos: Um Estudo sobre a Percepção dos Jovens em relação à importância da Educação**. 2011. Disponível em: http://www.ufjf.br/cursoestatistica/files/2011/11/Monografia_Thales-Januzzi-Feital.pdf.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012**. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf. Acesso: 10/07/2013

LAVINAS, Lena. **Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste. Seminário Internacional Desenvolvimento Regional Do Nordeste - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.** Recife, 13 a 16 de outubro de 2009. Disponível em: <http://fonseas.org.br/novosite/wp-content/uploads/2012/07/Pobreza-metricas-e-evolucao-recente-no-Brasil-e-no-Nordeste-Lena-Lavinas.pdf>. Acesso: 15 /06/2013.

MIDEPLAN - Ministerio de Planificación y Cooperación. División Social. Departamento de Evaluación Social. **Síntesis de los principales enfoques, métodos y estrategias para la superación de la pobreza.** Santiago de Chile, 2002.

OPHI. Material utilizado e disponibilizado no evento: **Intensive Workshop on Multidimensional Poverty Index Techniques.** Tutores: ALKIRE, Sabina; APABLAZA, Mauricio; HAMMOCK, John. Belo Horizonte, Novembro, 2012.

PALES, R. C. ; SANTOS, G. R. **Desenvolvimento Regional e Desigualdades Sociais Entre as Macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais.** In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia - SP. 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7905&Itemid=76. Acesso: 20/06/2013

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza.** SP: Cortez, 2003.

PNUD. Desenvolvimento Humano Municipal, 2000. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em www.pnud.org.br. Acesso: 24/06/2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** SP: Companhia das Letras, 2010.

STIGLITZ, J. E., SEN, A., FITOUSSI, J.-P. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.** 2009. Disponível em: <http://www.stiglitz-senfitoussi.fr/en/index.htm>. Acesso: 02/06/2013

APÊNDICE 1A - TESTE ESTATÍSTICO DE DIFERENÇA DE MÉDIAS COM RELAÇÃO À INCIDÊNCIA DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL - *HEADCOUNT RATIO (H)*

Norte de Minas em relação às demais Regiões³⁴

Norte e Rio Doce

. test _b[norte]=_b[subpop_2]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]_subpop_2 = 0
F(1, 1146) = 6.26
Prob > F = 0.0125

Norte e Zona da Mata

. test _b[norte]=_b[subpop_3]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]_subpop_3 = 0
F(1, 1146) = 4.04
Prob > F = 0.0446

Norte e Noroeste

. test _b[norte]=_b[noroeste]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]noroeste = 0
F(1, 1146) = 1.20
Prob > F = 0.2745

Norte e Central

. test _b[norte]=_b[central]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]central = 0
F(1, 1146) = 8.17
Prob > F = 0.0043

Norte e Sul

. test _b[norte]=_b[sul]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]sul = 0
F(1, 1146) = 14.35
Prob > F = 0.0002

Norte e Triângulo

. test _b[norte]=_b[triângulo]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]triângulo = 0
F(1, 1146) = 25.48
Prob > F = 0.0000

Norte e Alto Paranaíba

. test _b[norte]=_b[subpop_8]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]_subpop_8 = 0
F(1, 1146) = 11.47
Prob > F = 0.0007

Norte e Centro Oeste

. test _b[norte]=_b[subpop_9]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]_subpop_9 = 0
F(1, 1146) = 18.39
Prob > F = 0.0000

Norte e Jequitinhonha

. test _b[norte]=_b[subpop_10]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]_subpop_10 = 0
F(1, 1146) = 0.18
Prob > F = 0.6750

Norte e RMBH

. test _b[norte]=_b[rmbh]
Adjusted Wald test
(1) [h_30p]norte - [h_30p]rmbh = 0
F(1, 1146) = 44.09
Prob > F = 0.0000

³⁴ Se a $Prob > F$ for menor ou igual a 0,10, rejeita-se a hipótese nula (de que as médias são iguais), com 90% de confiança. Se for maior do que 0,10, aceita-se H_0 , com o mesmo nível de confiabilidade.
Se a $Prob > F$ for menor ou igual a 0,05, rejeita-se a hipótese nula (de que as médias são iguais), com 95% de confiança. Se for maior do que 0,05, aceita-se H_0 , com o mesmo nível de confiabilidade.
Se a $Prob > F$ for menor ou igual a 0,01, rejeita-se a hipótese nula (de que as médias são iguais), com 99% de confiança. Se for maior do que 0,01, aceita-se H_0 , com o mesmo nível de confiabilidade.

Jequitinhonha/Mucuri em relação às demais Regiões³⁵**Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce**

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_2]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{subpop}_2} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 12.66$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0004}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Triângulo

. test _b[_subpop_10]=_b[triângulo]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{triângulo}} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 49.29$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0000}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Zona da Mata

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_3]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{subpop}_3} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 7.40$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0066}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Alto Paranaíba

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_8]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{subpop}_8} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 24.44$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0000}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste

. test _b[_subpop_10]=_b[noroeste]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{noroeste}} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 3.02$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0823}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Centro Oeste

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_9]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{subpop}_9} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 37.23$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0000}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Central

. test _b[_subpop_10]=_b[central]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{central}} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 14.95$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0001}$$

Jequitinhonha/Mucuri e Norte

. test _b[_subpop_10]=_b[norte]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{norte}} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 0.18$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.6750}$$

Jequitinhonha/Mucuri e**Sul**

. test

_b[_subpop_10]=_b[sul]

Adjusted Wald test

$$(1) - [h_{30p}]_{\text{sul}} + [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 29.39$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0000}$$

Jequitinhonha/Mucuri e RMBH

. test _b[_subpop_10]=_b[rmbh]

Adjusted Wald test

$$(1) [h_{30p}]_{\text{subpop}_{10}} - [h_{30p}]_{\text{rmbh}} = 0$$

$$F(1, 1146) = 86.42$$

$$\text{Prob} > F = \mathbf{0.0000}$$

³⁵ Vide Nota de Rodapé nº27.

APÊNDICE 1B - TESTE ESTATÍSTICO DE DIFERENÇA DE MÉDIAS COM RELAÇÃO À INTENSIDADE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL - AVERAGE INTENSITY OF POVERTY (A)

Norte de Minas em relação às demais Regiões³⁶

Norte e Rio Doce

. test _b[norte]=_b[_subpop_2]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]_subpop_2 = 0
F(1, 1012) = 1.06
Prob > F = 0.3036

Norte e Triângulo

. test _b[norte]=_b[triângulo]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]triângulo = 0
F(1, 1012) = 12.59
Prob > F = 0.0004

Norte e Zona da Mata

. test _b[norte]=_b[_subpop_3]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]_subpop_3 = 0
F(1, 1012) = 4.53
Prob > F = 0.0335

Norte e Alto Paranaíba

. test _b[norte]=_b[_subpop_8]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]_subpop_8 = 0
F(1, 1012) = 10.19
Prob > F = 0.0015

Norte e Noroeste

. test _b[norte]=_b[noroeste]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]noroeste = 0
F(1, 1012) = 0.00
Prob > F = 0.9672

Norte e Centro Oeste

. test _b[norte]=_b[_subpop_9]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]_subpop_9 = 0
F(1, 1012) = 2.69
Prob > F = 0.1013

Norte e Central

. test _b[norte]=_b[central]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]central = 0
F(1, 1012) = 1.16
Prob > F = 0.2823

Norte e Jequitinhonha

. test _b[norte]=_b[_subpop_10]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]_subpop_10 = 0
F(1, 1012) = 0.01
Prob > F = 0.9093

Norte e Sul

. test
_b[norte]=_b[sul]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]sul = 0
F(1, 1012) = 12.47

Norte e RMBH

. test _b[norte]=_b[rmbh]
Adjusted Wald test
(1) [a_30p]norte - [a_30p]rmbh = 0
F(1, 1012) = 9.84

³⁶ Vide Nota de Rodapé nº27.

Prob > F = 0.0004

Jequitinhonha/Mucuri em relação às demais Regiões³⁷

Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_2]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]_subpop_2 +
[a_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1012) = 1.25

Prob > F = 0.2635

Prob > F = 0.0018

Jequitinhonha/Mucuri e Triângulo

. test _b[_subpop_10]=_b[triângulo]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]triângulo +
[a_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1012) = 21.76

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e Zona da Mata

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_3]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]_subpop_3 +
[a_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1012) = 6.84

Prob > F = 0.0091

Jequitinhonha/Mucuri e Alto Paranaíba

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_8]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]_subpop_8 +
[a_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1012) = 15.62

Prob > F = 0.0001

Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste

. test _b[_subpop_10]=_b[noroeste]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]noroeste +
[a_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1012) = 0.00

Prob > F = 0.9557

Jequitinhonha/Mucuri e Centro Oeste

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_9]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]_subpop_9 +
[a_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1012) = 3.96

Prob > F = 0.0469

Jequitinhonha/Mucuri e

Central

. test

_b[_subpop_10]=_b[central]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]central + [a_30p]_subpop_10
= 0

F(1, 1012) = 1.31

Prob > F = 0.2519

Jequitinhonha/Mucuri e Norte

. test _b[_subpop_10]=_b[norte]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]norte + [a_30p]_subpop_10 =
0

F(1, 1012) = 0.01

Prob > F = 0.9093

Jequitinhonha/Mucuri e Sul

. test _b[_subpop_10]=_b[sul]

Adjusted Wald test

(1) - [a_30p]sul + [a_30p]_subpop_10 = 0
F(1, 1012) =

19.95

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e RMBH

. test _b[_subpop_10]=_b[rmbh]

Adjusted Wald test

(1) [a_30p]_subpop_10 - [a_30p]rmbh = 0

F(1, 1012) = 16.32

Prob > F = 0.0001

³⁷ Vide Nota de Rodapé nº27.

**APÊNDICE 1C - TESTE ESTATÍSTICO DE DIFERENÇA DE MÉDIAS COM
RELAÇÃO AO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL - ADJUSTED
HEADCOUNT RATIO (IPM OU M0)**

Norte de Minas em relação às demais Regiões³⁸

Norte e Rio Doce

. test _b[norte]=_b[_subpop_2]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]_subpop_2 =
0
F(1, 1146) = 6.28
Prob > F = 0.0124

Norte e Triângulo

. test _b[norte]=_b[triângulo]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]triângulo = 0
F(1, 1146) = 25.83
Prob > F = 0.0000

**Norte e Zona da
Mata**

. test _b[norte]=_b[_subpop_3]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]_subpop_3 =
0
F(1, 1146) = 5.01
Prob > F = 0.0254

Norte e Alto Paranaíba

. test _b[norte]=_b[_subpop_8]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]_subpop_8 =
0
F(1, 1146) = 13.39
Prob > F = 0.0003

Norte e Noroeste

. test _b[norte]=_b[noroeste]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]noroeste =
0
F(1, 1146) = 1.03
Prob > F = 0.3114

Norte e Centro Oeste

. test _b[norte]=_b[_subpop_9]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]_subpop_9 =
0
F(1, 1146) = 17.54
Prob > F = 0.0000

Norte e Central

. test _b[norte]=_b[central]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]central =
0
F(1, 1146) = 7.89
Prob > F = 0.0051

Norte e Jequitinhonha

. test _b[norte]=_b[_subpop_10]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]_subpop_10 =
0
F(1, 1146) = 0.13
Prob > F = 0.7141

Norte e Sul

. test _b[norte]=_b[sul]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]sul = 0
F(1, 1146) = 16.19

Norte e RMBH

. test _b[norte]=_b[rmbh]
Adjusted Wald test
(1) [m0_30p]norte - [m0_30p]rmbh = 0
F(1, 1146) = 40.42

³⁸ Vide Nota de Rodapé nº27.

Prob > F = 0.0001

Jequitinhonha/Mucuri em relação às demais Regiões³⁹

Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_2]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]_subpop_2 +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 14.16

Prob > F = 0.0002

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e Triângulo

. test _b[_subpop_10]=_b[triângulo]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]triângulo +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 60.02

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e Zona da Mata

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_3]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]_subpop_3 +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 9.82

Prob > F = 0.0018

Jequitinhonha/Mucuri e Alto Paranaíba

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_8]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]_subpop_8 +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 33.57

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste

. test _b[_subpop_10]=_b[noroeste]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]noroeste +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 2.77

Prob > F = 0.0966

Jequitinhonha/Mucuri e Centro Oeste

. test _b[_subpop_10]=_b[_subpop_9]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]_subpop_9 +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 42.48

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e Central

. test _b[_subpop_10]=_b[central]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]central +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 15.72

Prob > F = 0.0001

Jequitinhonha/Mucuri e Norte

. test _b[_subpop_10]=_b[norte]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]norte +
[m0_30p]_subpop_10 = 0

F(1, 1146) = 0.13

Prob > F = 0.7141

Jequitinhonha/Mucuri e Sul

. test _b[_subpop_10]=_b[sul]

Adjusted Wald test

(1) - [m0_30p]sul + [m0_30p]_subpop_10
= 0

F(1, 1146) = 38.94

Prob > F = 0.0000

Jequitinhonha/Mucuri e RMBH

. test _b[_subpop_10]=_b[rmbh]

Adjusted Wald test

(1) [m0_30p]_subpop_10 - [m0_30p]rmbh
= 0

F(1, 1146) = 96.28

Prob > F = 0.0000

³⁹ Vide Nota de Rodapé nº27.